

**SIMON OLIVEIRA DOS SANTOS**

**ESTUDOS DAS RELAÇÕES ENTRE LINGUA(GEM) E  
MEIO AMBIENTE NA COMUNIDADE DE VILA  
MURTINHO, MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, NO  
PERÍODO DE 2008 A 2010**

**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

Campus de Guajará-Mirim

2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**SIMON OLIVEIRA DOS SANTOS**

**ESTUDOS DAS RELAÇÕES ENTRE LINGUA(GEM) E  
MEIO AMBIENTE NA COMUNIDADE DE VILA  
MURTINHO, MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, NO  
PERÍODO DE 2008 A 2010**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação Strictu-Sensu da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará-Mirim, para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.  
Área de concentração: Linguagem e Educação:  
Linguística aplicada às socioculturas Amazônicas.

Orientadora: Professora Dra. Maria do Socorro Pessoa.

**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

Campus de Guajará-Mirim

2010

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES**

S2373e

Santos, Simon Oliveira dos

Estudos das relações entre língua(gem) e meio ambiente na comunidade de Vila Murtinho, Município de Nova Mamoré, no período de 2008 a 2010 / . Porto Velho, Rondônia, 2010.

97f.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR Campus de Guajará – Mirim.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Pessoa.

1. Sociolinguística 2. Língua(gem) 3. Ribeirinhos - Rondônia 4. Meio ambiente  
I. Pessoa, Maria do Socorro II. Título.

CDU: 800.861 (811.1)

Bibliotecária Responsável: Ozelina Saldanha CRB11/947

## FOLHA DE APROVAÇÃO

SANTOS, Simon Oliveira. Um estudo das relações entre Língua(gem) e o Meio Ambiente na Comunidade de Vila Murtinho, no Município de Nova Mamoré, no período de 2008-2010. Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem, área de concentração: Linguagem e Educação: Linguística aplicada às socioculturas Amazônicas, pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará-Mirim, JULGADA \_\_\_\_\_.

Guajará-Mirim, 24 de junho de 2010.

Profa. Dra. Geralda de Lima Vitor Angenot  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em  
Ciências da Linguagem.

## BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Maria do Socorro Pessoa (orientadora)

DRA. EM LINGUÍSTICA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR, CAMPUS DE  
VILHENA

---

Professora Dra. Geralda de Lima Vitor Angenot

DRA. EM LINGUÍSTICA INDÍGENA  
UNIVERSIDADE DE LEIDEN, HOLANDA  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR, CAMPUS DE  
GUAJARÁ MIRIM

---

Professor Dr. Dorosnil Alves Moreira (Examinador)

DR. EM EDUCAÇÃO (CURRÍCULO)  
PONTÍFICE UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO/SP  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR, CAMPUS DE  
GUAJARÁ MIRIM

---

Professor Dr. Jean Pierre Angenot (Suplente)

DR. EM LINGUÍSTICA AFRICANA  
UNIVERSIDADE DE LEIDEN, HOLANDA  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR, CAMPUS DE  
GUAJARÁ MIRIM

## DEDICATÓRIA

---

Aos meus pais:

Antônio Alves dos Santos

Safira Oliveira dos Santos

A minha Esposa:

Luciana Moreira dos Santos

Aos meus filhos:

Lucas da Silva dos Santos

Gusthavo Moreira dos Santos

Othávio Moreira dos Santos

Aos meus irmãos: (todos com o nome de batismo)

Maria Luiza Oliveira dos Santos

Rosimilda Oliveira dos Santos

Rosilda Oliveira dos Santos

Antonio Marcos Oliveira dos Santos

Sueli Oliveira dos Santos

Gilberto Oliveira dos Santos

Gilene Oliveira dos Santos

Aos meus sobrinhos e sobrinhas

À Minha Sogra:

Maria Aparecida Moreira

Aos amigos e amigas:

Irmã Zezé

Gislaine Moreira

Cássia Regina Gomes de Carvalho e Rocha

Marcello Roberto Ribeiro Rocha

Márcia Maria Rodrigues Uchôa

Adriano Moreira dos Santos

Agostinho Mamede Bastos

Carlos Norberto Cosmo (Capilé)

Marcus Pacheco

José Cícero da Silva

Romes Mamede Bastos

## AGRADECIMENTOS

---

Aos ribeirinhos de Vila Murtinho; ao Senhor Moacir Almeida do Nascimento, bravo guerreiro dessas paragens ribeirinhas e que conhece, como poucos, a região de Nova Mamoré; À Dr<sup>a</sup>. Professora e Orientadora Maria do Socorro Pessoa que foi sempre incansável e preocupada com o andamento de minhas pesquisas; À Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará Mirim, na pessoa do Sr. Diretor, Dr. Prof. Dorosnil Alves Moreira.

Ao Marcélio Rodrigues Uchôa que me emprestou valiosos livros e teve a paciência de garimpar outros na biblioteca do Mestrado em Geografia, em Porto Velho; ao Francisco Amâncio Caminha que, todas as vezes que precisei me ausentar do trabalho, em função da pesquisa, foi generoso comigo. Agradeço também aos colegas e amigos da turma do Mestrado de 2008, especialmente ao Claudionor Lemos da Rocha e Márcia Dias dos Santos.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

---

CAERD – Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia  
 CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
 CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
 CPT – Comissão Pastoral da Terra  
 DS – Desenvolvimento Sustentável  
 CAETA - Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia  
 CONSEPA - Conselho Estadual de Política Ambiental  
 CRPM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
 DS – Desenvolvimento Sustentável  
 EFL – Ecologia ou Ecossistema Fundamental da Língua  
 EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
 FLONA – Floresta Nacional  
 FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
 GRAMMA - Associação de Agricultores Familiares de Nova Mamoré  
 GTA – Grupo de Trabalhadores da Amazônia  
 IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
 IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico  
 IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia.  
 INPA – Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia  
 AMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
 INPE – Instituto Nacional de Pesquisa  
 L - Língua  
 MMA – Ministério do Meio Ambiente  
 ONU – Organização das Nações Unidas  
 P - Povo  
 PIC – Projeto Integrado de Colonização  
 PAD – Programa de Assentamentos Dirigidos  
 PAR – Programa de Assentamentos Rápidos  
 PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
 PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste  
 PMDB – Partido da Mobilização e Democrático Brasileiro  
 PDS – Partido Democrático Social  
 PIB – Produto Interno Bruto  
 PIN – Programa para a Integração da Amazônia  
 SEAPES – Secretaria da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social  
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.  
 SEDAM – Secretaria de Desenvolvimento Ambiental  
 SEMAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura  
 SEMAT – Secretaria Municipal de Turismo  
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária.  
 SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
 SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
 RADAM/BRASIL - Atualização e Sistematização dos Dados a respeito da Amazônia Brasileira  
 T - Território  
 UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

---

Esta dissertação é o resultado da pesquisa sobre Estudos das relações dos Ribeirinhos da comunidade de Vila Murtinho, no Município de Nova Mamoré, com a Língua(gem) e Meio Ambiente. A pesquisa investigou o modo de vida sócio-cultural e sociolinguístico dos ribeirinhos. Iniciamos o estudo obedecendo aos rigores da pesquisa sociolinguística: questionários, diário de campo, gravações e roteiro para entrevistas.

Os ribeirinhos de Vila Murtinho apresentam características similares aos ribeirinhos de toda a Região Amazônica, principalmente nos aspectos históricos e culturais. São detentores de conhecimentos sobre as águas do Rio Madeira, em sua nascente; dominam o plantio nas várzeas e conhecem as riquezas das matas. Possuem um conhecimento histórico sobre a preservação ambiental, dominam algumas técnicas herdadas dos povos indígenas que habitavam a região, de manejo ambiental e sofrem com os “esquecimentos” dos poderes públicos locais. A pesquisa desenvolveu-se durante o ano de 2009, em duas etapas, com sucessivas visitas para a coleta de dados, análise dos mesmos e observações várias. A riqueza linguística do grupo é uma marca indentitária que contribui para a manutenção e permanência da comunidade, capacitando-a para o desenvolvimento de suas potencialidades locais.

## PALAVRAS-CHAVE

Sociolinguística, Língua(gem), Ribeirinhos, Meio Ambiente, Cultura.

## **ABSTRACT**

---

This dissertation is the result of the research about Studies on the relationship of the riverine community of Vila Murtinho in Nova Mamoré, between linguistic communication and the environment. The research investigated the social, cultural and sociolinguistic way of life of riverine. We began the study in obedience to the rigors of sociolinguistic survey: questionnaires, field diaries, recordings and script for interviews.

The riverines of Vila Murtinho present similar characteristics to those bordering the entire Amazon region, especially in historical and cultural aspects. They are holders of knowledge about the water of Madeira river, at its source dominate the planting in flood plains and know the riches of the forests.

They have historically minded about environmental preservation, master techniques inherited from the indigenous people who inhabited the region of environmental management and suffer from forgetfulness of the local government. The study was conducted during 2009 in two stages with successive visits to collect data, analyze them and commenting. The linguistic richness of the group is a trademark of their identity and contributes to the maintenance and permanence of the community, enabling it to develop their local potentials.

## **KEYWORDS**

Sociolinguistics, Language, Riverine, Environment, Culture.

## ÍNDICE

---

INTRODUÇÃO.....	09
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>11</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ .....</b>	<b>11</b>
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA À DÉCADA DE 1970 DO SÉCULO XX.....	11
1.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS: implantação do Projeto de Colonização Agrícola .....	15
1.2.1 Demografia .....	18
1.3 PERFIL AMBIENTAL .....	22
1.3.1 Aspectos geográficos.....	22
1.3.2 Relevô.....	23
1.3.3 Hidrografia .....	23
1.3.4 Clima .....	23
1.3.5 Vegetação .....	23
1.3.6 Solo.....	24
1.4 EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	24
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>27</b>
<b>LINGUA(GEM), HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE: ESTUDOS TEÓRICOS.....</b>	<b>27</b>
2.1 VILA MURTINHO: ASPECTOS HISTÓRICOS .....	27
2.2 CONCEITUANDO O RIBEIRINHO AMAZÔNICO.....	29
2.2.1 Caracterização da comunidade ribeirinha de Vila Murtinho.....	35
2.3 NATUREZA <i>VERSUS</i> CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: teoria e prática .....	38
2.4 IMPLICAÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA NA QUESTÃO AMBIENTAL .....	43
2.4.1 Considerações da Sociolinguística no Brasil.....	47
2.5 PERCURSO SOCIOLINGUÍSTICO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE VILA MURTINHO.....	48
2.6. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: Nova Mamoré e a política de preservação ambiental .....	51
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>56</b>
<b>A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA:PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COLETA DE DADOS.....</b>	<b>56</b>
3.1 ETAPAS DA PESQUISA .....	56
3.1.1 Primeira Etapa .....	58
3.1.2 Segunda Etapa .....	59
3.2 ANÁLISE DOS DADOS CATALOGADOS .....	60
3.3 ATIVIDADES PARA VALORIZAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DE NOVA MAMORÉ .....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	81
REFERÊNCIAS .....	83
ANEXOS.....	89

## INTRODUÇÃO

---

A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. Assim, podemos dizer que a língua é um bem comum a todos, determinante territorial e cultural de um povo. Não podemos pensar em língua melhor ou pior, língua superior ou inferior num país onde a diversidade linguística é marcante.

Não há hierarquia entre os usos variados da língua, assim como não há uso linguisticamente melhor que outro. Em uma comunidade linguística, portanto, coexistem usos diferentes, não existindo um padrão de linguagem que possa ser considerado superior. As pessoas não falam do mesmo modo e até uma mesma pessoa não fala sempre da mesma maneira.

A comunidade ribeirinha de Vila Murtinho é o resultado do encontro de nordestinos que ali aportaram, no segundo ciclo da borracha, dos povos indígenas que viviam na região e de povos bolivianos que habitam, há séculos, a outra margem da nascente do Rio Madeira. Essa miscigenação de cultura, língua e vivências contribuíram para que essa comunidade se moldasse e construísse uma identidade própria, marcada pelas águas do Rio Madeira, as várzeas e as matas, e desenvolvesse uma mentalidade de valorização e respeito ao meio ambiente e a esses povos que contribuíram para a sua formação.

Esta dissertação é, também o resultado da pesquisa sobre Estudos das relações dos Ribeirinhos da comunidade de Vila Murtinho, no Município de Nova Mamoré, com a Língua(gem) e Meio Ambiente, e, está organizada em três capítulos:

No capítulo 1 – Apresentamos a caracterização do Município de Nova Mamoré nos seus aspectos Históricos, que vai da colonização da Amazônia à década de 1970 do século XX, incluindo os aspectos demográficos e econômicos; a implantação do Projeto de Colonização Sidney Girão e os seus aspectos geográficos: zona de fronteira;

No capítulo 2 - Língua(gem), História, Cultura e Sociedade: estudos teóricos; os aspectos históricos de Vila Murtinho; o conceito sobre o Ribeirinho Amazônico, bem como a caracterização da população ribeirinha, da Comunidade de Vila Murtinho.

Trabalhamos ainda com os conceitos “natureza *versus* cultura” e desenvolvimento sustentável: teoria e prática; Os aspectos históricos da Sociolinguística, as relações entre língua e meio ambiente, estabelecidos pela Ecolinguística e a Legislação

Ambiental de Nova Mamoré, relativas às medidas de preservação ambiental adotadas no município;

No capítulo 3 – Tratamos dos procedimentos metodológicos e coleta de dados da pesquisa sociolinguística, divididas em duas etapas e posterior análise dos dados catalogados, bem como, finalizamos esse capítulo apresentando as Atividades para valorização dos ribeirinhos da Comunidade de Vila Murinho, no Município de Nova Mamoré.

Nesse contexto, vem discutir a presente pesquisa, questões sociolinguísticas e culturais da comunidade de ribeirinhos de Vila Murinho no Município de Nova Mamoré, Rondônia e na soma contribuir para o esclarecimento do problema proposto.

## CAPÍTULO I

### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ

---

#### 1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA À DÉCADA DE 1970 DO SÉCULO XX

Segundo Souza (1997), a colonização nasce de uma vontade ou de um projeto político/econômico ou militar da matriz, que é, ao mesmo tempo, externo e estranho à região e ao povo a ser colonizado, pois, geralmente, a colonização é criada para solucionar problemas ou conflitos da matriz (ou centro político-econômico, dominante de um país ou região). A idéia de colonização sempre esteve ligada à idéia de domínio: do espaço físico pelo homem e do homem pelo homem. É importante lembrar que o processo de colonização não ocorre pacificamente; na maioria das vezes, colonizadores e colonizados se enfrentam numa luta desigual, onde o colonizador tenta subjugar os colonizados e o seu espaço.

O termo **colonização**, conforme define Alfredo Bosi (1992), do mesmo modo que as palavras **culto** e **cultura**, têm origem em um mesmo verbo latino: **colo**. Este verbo significou, na língua romana, “**eu moro, eu ocupo a terra** e, por extensão, **eu trabalho, eu cultivo o campo**. (...) **colo** é a matriz da **colônia** enquanto espaço que se pode trabalhar e sujeitar. **Colonus** é o que cultiva uma propriedade rural em vez de seu dono; o seu feitor, no sentido técnico e legal da palavra. Está escrito em Plauto e Catão, como **colônia** (...); o habitante de colônia, em grego **ápoikos**, que vem estabelecer-se em lugar do **incolae**.

Para Bosi (1992), se pode classificar a colonização de duas formas distintas: o que se atém ao simples povoamento e o que conduz à exploração. Apesar dessa distinção, chama-se a atenção para o fato de que o “o sentido de colo: eu moro, eu cultivo está presente em ambos”. Isto porque, para ele, o ato de colonizar opera, ainda, segundo o código dos antigos romanos. E, a rigor, diz: (1992: 38) “o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizar é, em princípio, o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu modo de vida, para outro, onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio”. E, assim, “o íncola que emigra torna-se **colonus**.

Desta forma, o ato de colonizar pressupõe o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, e o migrante só passa à condição de colono ao cultivar ou fazer cultivar o solo estranho.

A colonização, enquanto força transformadora, modifica também, a relação do homem com a terra. O colono que veio de outra região deverá, no processo de adaptação, aprender a lidar com essa nova realidade, na maioria das vezes muito diferente da sua; nesse processo, transforma-se também a relação entre os homens, instalando-se aí o conflito entre o colonizado e os colonizadores. O índio, enquanto colonizado, sente-se ameaçado, particularmente pela invasão e cerceamento de suas terras; dependendo do momento, a disputa pela propriedade da terra pode gerar conflitos entre antigos e novos colonos, entre colonos posseiros e grileiros.

Segundo Teixeira (2003) a Amazônia passou a interessar aos colonizadores portugueses somente a partir do século XVII, com a descoberta de jazidas de ouro na Província de Mato Grosso, na busca pelas “drogas do sertão” e, sobretudo, para aprisionamento de indígenas para trabalharem como escravos nas regiões sul e sudeste do País, e como forma de manter o domínio das fronteiras territoriais. Para Souza (1997), os primeiros povoamentos da área se reduziam a pequenos grupos de pessoas, designadas pela Coroa para exercer funções administrativas e militares, ressaltando, ainda, a presença de missionários (jesuítas) e exploradores (os bandeirantes).

Nesse período que houve a exploração e ocupação dos vales do Madeira e do Guaporé (TEIXEIRA, 2003), ficando para a história a expedição do bandeirante Raposo Tavares como a primeira a penetrar nos vales desses rios. Partindo de São Paulo, em 1647, Raposo Tavares atingiu a Província de Mato Grosso e, navegando através dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, chegou à cidade de Belém, em 1650. A partir de então, estava aberto o caminho para que outros também adentrassem na Amazônia em busca de riqueza fácil ou de delimitação de territórios, como fizeram os vários grupos de missionários que, ao longo dos imensos rios da Amazônia, foram fundando vilas e povoados, sempre contando com a mão-de-obra indígena, nessa empreitada. Para Teixeira, (2003: 19) “... as primeiras notícias de passagem de religiosos e do estabelecimento de missões na região remontam ao ano de 1669, quando os padres Manuel Pires e Garzoni fundaram a Missão Jesuítica de Tupinambarana”, hoje a atual cidade de Parintins no Estado do Amazonas.

As populações do Vale do Rio Madeira eram formadas por vários grupos indígenas, muitos deles oriundos das regiões litorâneas que, fugindo da ação colonizadora dos portugueses, adentravam-se cada vez mais para as regiões remotas da Amazônia. Dentre os grupos mais antigos destacam-se os Torá, os Mura, o Matanawi e entre os mais recentes, que estabeleceram contato com os colonizadores, podemos mencionar os Kawahib, os Parintintin, os Txapakura, os Jaru, os Urupá e os Karipunas. Todos esses grupos foram

desaparecendo cada vez que o contato com os colonizadores, bandeirantes ou missionários, foi se intensificando, sobretudo através do contágio de várias doenças como a gripe, varíola e a tuberculose, que dizimaram centenas de indígenas.

Essas populações eram herdeiras de uma tradição milenar (GONÇALVES, 2005) e portadoras de um acervo cultural extremamente rico, assim como de um enorme conhecimento a respeito da biodiversidade das florestas e demais ecossistemas da Amazônia. A ação colonizadora desarticulou o modo de vida indígena, em plena harmonia com a natureza, retirando das várzeas dos rios tudo o que precisavam para viver. Sem o conhecimento desses povos dificilmente os colonizadores obteriam sucesso em suas investidas pelos vales do Rio Madeira, como bem aponta Teixeira (2003:18):

Por outro lado, o conhecimento ambiental dos povos indígenas sempre foi vital para toda e qualquer investida colonizadora ou exploradora de portugueses, espanhóis e outros povos na região. O domínio dos pajés sobre os elementos da fauna e da flora garantiram aos colonizadores o acesso a única forma de medicina possível durante séculos na região. O manejo dos recursos naturais permitiu a exploração e a viabilidade econômica das missões religiosas e das expedições monçoeiras que percorreram os rios locais. Ovos de tartaruga, técnicas de caça e de pesca, coleta de ervas medicinais e resinas diversas, sementes e frutos constituíram-se na base de uma economia colonial conhecida como o *ciclo das drogas do sertão* [grifos do autor].

O elemento natural mais importante e, certamente, o que em seu entorno formaram-se os primeiros núcleos de povoamento na região, hoje formada pelo Estado de Rondônia, é o Rio Madeira. Isto pode ser comprovado nos relatos e escritos de viajantes, missionários e todos que por aqui passaram e deixaram suas impressões sobre a região.

O Rio Madeira é formado pela confluência dos rios Mamoré e Beni, este último totalmente localizado em território boliviano, porém, ambos oriundos na Cordilheira dos Andes, sendo o maior afluente da margem direita do Rio Amazonas, percorre o Estado de Rondônia no sentido sudoeste/norte e deságua no Rio Amazonas, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas. De sua origem na cordilheira até sua desembocadura no rio Amazonas, seu curso tem 3.240 km, porém partindo de confluência do Rio Mamoré e Rio Beni, possui uma extensão de 1.459 km. Considerando-se esses fatores, Teixeira, (1997) afirma que: “a importância desse rio é histórica, e é a partir dele que se desencadearam todos os processos de colonização e ocupação dos espaços territoriais que hoje formam o Estado de Rondônia” (TEIXEIRA, 2003:12).

Com o ciclo da borracha, no século XIX, a economia amazônica passa a ter expressão nacional e internacional. A demanda pela produção do látex e a deficiência de mão-de-obra para realizá-la fizeram com que o Governo Federal incentivasse a migração de nordestinos para trabalhar nos seringais. Mas, o efetivo povoamento no vale do Rio Madeira,

por populações não indígenas, só estabeleceu-se definitivamente com o advento do primeiro ciclo da borracha, na segunda metade do século XIX. Vários foram os fatores que contribuíram para que esse intenso fluxo migratório ocorresse: a valorização do látex no mercado internacional, aliado à crise da economia nordestina, agravada por uma grande seca em 1877 e as políticas governamentais que incentivaram o povoamento da região. Essa política de incentivo, também vai se repetir no segundo ciclo da borracha em meados do século XX, e, talvez com maior intensidade, ainda. (GONÇALVES, 2005: 86) resume bem o que foi esse período: “...em torno da borracha se deu indiscutivelmente o mais importante fluxo de povoamento para a Amazônia...O barracão do seringueiro se constituía, assim, num importante elo da organização social do espaço amazônico”.

O declínio dos ciclos da borracha, afetado pela entrada da produção asiática, de melhor qualidade, menor preço e muito mais próxima dos mercados consumidores da Europa e Estado Unidos e, a invenção da borracha sintética, derivada do petróleo, contribuíram para que essas populações de seringueiros encontrassem uma outra forma de se relacionar com a floresta, através da combinação da agricultura com o extrativismo: o agroextrativismo.

Dessa forma, é nas terras do Estado do Acre, na época do primeiro ciclo da borracha, pertencente ao território boliviano, e nos vales do Rio Madeira, que se encontravam os maiores seringais e o látex de melhor qualidade, advindo de tais fatores o aporte de milhares de nordestinos para essas regiões.

Toda a produção dos vales dos Rios Beni e Madeira era controlada por uma única família de bolivianos, a Família Suarez, que fundou a Empresa Suarez & Hermanos e monopolizou o ramo de aviamento dos seringais e exportava toda a produção da borracha para Europa e Estados Unidos através das cidades de Belém e Manaus.

A ocupação e organização do espaço da Amazônia, desde o século XVII, foi sempre marcada por intensos conflitos. Naquela época, as disputas territoriais deram-se em função de vários interesses de Franceses, Holandeses, Portugueses e Espanhóis todos interessados em marcar terreno, considerando-se seu potencial como uma reserva a ser explorada no futuro, considerando-se que, seus interesses estão voltados para outras colônias, com riquezas bem mais valiosas como a prata, o ouro e as plantações de cana-de-açúcar, tabaco e algodão, nas Antilhas e Caribe.

Até então, a idéia de povoamento era vaga, o que interessava era a obtenção de produtos para abastecer o mercado.

A colonização, enquanto projeto governamental, só aparece entre os anos 1930 e 1940 do século XX, quando o Estado cria as colônias agrícolas em toda a região amazônica,

inclusive em Rondônia, com a finalidade de fixar a mão-de-obra coletora do látex, desempregada após a crise da borracha no mercado internacional.

É importante evidenciar, aqui, que, até então, a colonização em Rondônia se fez sobre uma mentalidade extrativista, caracterizada por uma racionalidade parcial do capital, em que os colonos realizavam suas atividades produtivas com o total domínio de técnicas rudimentares. As roças serviam para o consumo familiar e apenas o excedente era posto no mercado interno. Desse período até a década de 1970 do século passado, essa organização e ocupação do espaço obedecia a um único padrão, segundo Gonçalves (2005) o **padrão rio-várzea-floresta**, isto é, foi em função dos rios com suas várzeas, e das florestas onde se praticava o extrativismo, que se organizou a vida das populações amazônicas.

## **1.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS: implantação do Projeto de Colonização Agrícola**

A partir da década de 1970, o padrão de organização do espaço amazônico, dentro de uma visão da geopolítica do Estado Brasileiro, passou a ser **estrada-terra firme-subsolo**, desarticulando todo um modo de vida anterior e marcando o início dos programas governamentais, voltados para o desenvolvimento regional, com ações do Estado e de Empresas Privadas, inclusive com capital de multinacionais. Para Kohlhepp (2000) o Órgão responsável pelo planejamento regional na Amazônia foi a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criado em 1966, considerando-se que os outros órgãos criados para tal fim, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), não foram capazes de alavancar o desenvolvimento da região.

Outros Órgãos também foram criados, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, e o PROTERRA, em 1971, que passaram a coordenar a ocupação dos espaços amazônicos. O primeiro plano de ação do INCRA foi a implementação do Programa para a Integração da Amazônia (PIN), que segundo Kohlhepp (2000:19) “foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, realizado por construção de numerosas estradas de longa distância, como a transamazônica e a Perimetral Norte, a Cuiabá Santarém e também a Cuiabá- Porto Velho-Manaus”. Essas estradas serviram como roteiro de migração para a Amazônia. Inicialmente os núcleos de assentamentos agrícolas foram instalados às margens da transamazônica, implicando em um patente fracasso, pois os idealizadores do projeto não levaram em consideração as condições ecológicas da região. A partir de 1973, o foco da colonização foi transferido para o Estado de Rondônia.

Nessa ânsia do Estado, em colonizar a Amazônia, dentro da política governamental de “Integrar para não entregar”, partindo-se do princípio de que se tratava de um espaço vazio, não se pensou nas populações que já habitavam a região: indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombolas e, com o incentivo do governo para que famílias do nordeste, sul e sudeste do país migrassem para a Amazônia. Os conflitos com as populações tradicionais da Amazônia foram inevitáveis, havendo desdobramentos até nossos dias. A esse respeito Procópio (1992: 50) esclarece:

No período pós-1964, a colonização agrícola de novas terras ocorreu em espaços anteriormente ocupados por nações indígenas e grupos de seringueiros que tinham suas posses ao longo dos rios e igarapés por todo o território de Rondônia. Estes grupos, por sua vez, foram ignorados pelos programas governamentais de desenvolvimento para a região e conseqüentemente são expropriados da terra. Os projetos implantados não levaram em consideração essas organizações sociais que já faziam parte do contexto da Amazônia.

O Estado de Rondônia, a partir de 1970, sofreu um intenso processo migratório, considerando-se a abertura da BR 364, construída a partir da antiga linha telegráfica instalada pela Comissão Rondon, no início do século XX. Nas margens dessa BR foram instalados os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD) e os Projetos de Assentamentos Rápidos (PAR), todos coordenados pelo INCRA, ficando sob sua responsabilidade a demarcação das terras, com o compromisso de oferecer aos colonos o mínimo de infra-estrutura, tais como: saúde, educação e armazenamento da produção agrícola. Procópio (1992: 110) afirma que, mesmo com toda a propaganda do governo e os órgãos criados para a implementação da colonização amazônica, “estes projetos não foram suficientes para assentar a quantidade de migrantes que chegou ao Estado em busca de terra. Até 1970 foram assentadas vinte mil famílias, enquanto trinta mil aguardavam como agregados, sem acesso à própria terra”.

Segundo Perdigão & Bassaggio (1992:78) Foram criados vinte e oito projetos de Colonização e Assentamentos, ocupando uma superfície de 5.893,79 ha, em parcela de terras que ia de cinquenta hectares até duzentos e cinquenta, o que deu para assentar cinquenta e seis mil e oitocentas famílias. O estado que mais enviou migrantes para Rondônia foi o Estado do Paraná, 37,40%, segundo o Mato Grosso, 15,70% e em terceiro lugar destacou-se o Espírito Santos, com 10,80 % dos migrantes do estado. Esta política de ocupação do estado inseria-se no Programa de Integração Nacional do Governo Militar e perdurou até 1988.

O Município de Nova Mamoré tem sua origem inserida nos acontecimentos que ocorreram na Amazônia em fins da década de 60 e início da década de 70 do século passado, com a desativação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a construção da BR 425 e as

políticas implantação dos Projetos de Colonização Integrados, considerando-se que foi em Nova Mamoré que o INCRA instalou o único Projeto de Colonização Integrado, batizado de Sidney Girão<sup>1</sup>, fora do eixo da BR 364, e que na época pertencia ao Município de Guajará Mirim. A abertura do projeto foi financiada com recursos do Programa de Integração Nacional. O objetivo era instalar mil e quinhentas famílias de pequenos produtores, em lotes de cem hectares. Todavia, em função de vários problemas como demarcação de terras indígenas, dos índios Pacaás-Novos pela FUNAI, na mesma área e no mesmo período, os trabalhos topográficos não foram concluídos; em função disso foram instaladas somente seiscentas e trinta e oito famílias, oriundas, principalmente, dos Estados do Paraná, Espírito Santo e São Paulo. Outro fator que impediu a implementação total do projeto foi a baixa qualidade do solo, considerado entre todos os projetos do estado como o pior para a prática da agricultura e do plantio de culturas permanentes. (AMARAL, 2004:24-25).

Segundo dados do próprio INCRA, o custo de assentamento de uma família de colono no PIC Sidney Girão, era seis vezes mais caro que os projetos de assentamentos localizados ao longo da BR 364. Em função dessas dificuldades encontradas, a única justificativa plausível, para a implantação do projeto Sidney Girão nessa área de fronteira com a Bolívia, eram as questões de geopolítica, amparado no velho mito de internacionalização da Amazônia.

Desses fatos enunciados, podemos aferir o porquê do Município de Nova Mamoré ocupar hoje, segundo dados do IBAMA/2008, nas tristes estatísticas de desmatamento, o décimo sexto colocado entre todos os municípios do Brasil, pois, desde sua criação da década de 1970, os órgãos oficiais incentivavam o desmatamento, como sinônimo de desenvolvimento e crescimento econômico, (PROCÓPIO, 2005:139) resume bem essa questão:

É doloroso reconhecer que durante longo tempo a política agrícola brasileira entendeu como benfeitoria a derrubada de matas. Louvada era sua substituição por pastos para boiadas ou por plantio de culturas alimentares em que a soja é o exemplo mais típico. A culpabilidade não é apenas do governo: vai mais longe e inclui a cumplicidade das elites pensantes das próprias universidades, colégios agrícolas e centros de pesquisa com seus técnicos que despertaram tarde para os problemas ecológicos. Aí quase sempre se privilegiou o ensino das ciências e técnicas agronômicas em detrimento das ciências florestais e do manejo florestal.

---

<sup>1</sup> Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão; localizado: Nova Mamoré, área: 69.749,5627, criado em 13.08.71; Ato de criação: Port. 692/71, tendo as parcelas com 95,22 hectares em média; nº de famílias previstos: 600; nº de famílias assentadas: 683.

A população do Município de Nova Mamoré é composta por migrantes, indígenas, ribeirinhos e bolivianos. Há uma forte influência da cultura boliviana na população, fato muito bem observado nas escolas onde há uma clientela significativa de alunos de nacionalidade boliviana. Até nas escolas da zona rural há alunos bolivianos, considerando-se que a mão-de-obra boliviana é muito utilizada nas fazendas e serrarias do município.

A seguir demonstra-se o quantitativo populacional conforme a sede do município e os distritos.

### 1.2.1 Demografia<sup>2</sup>

O município de Nova Mamoré tem uma população de 21.162 habitantes, 1,46% da população de Rondônia (IBGE, 2007). É o 17º do estado em número populacional, com uma população distribuída proporcionalmente entres as zonas urbana (49,04 %) e rural (50,96%). Abaixo demonstra-se o quantitativo populacional conforme a sede do município e os distritos.

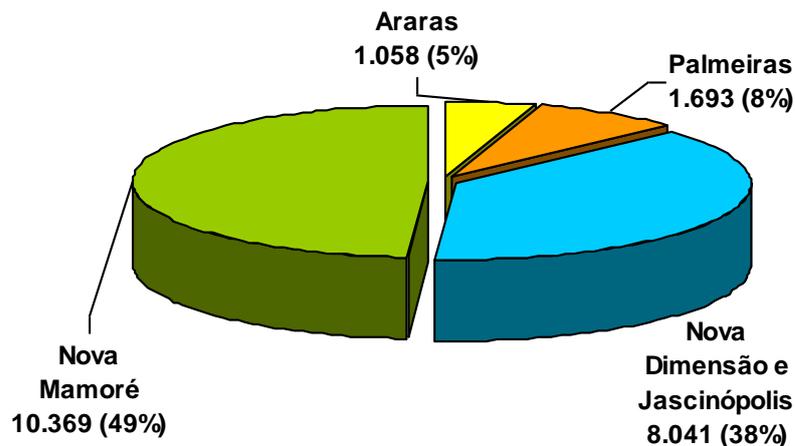


Figura 1: Estimativa da população do Município de Nova Mamoré e distribuição por distrito. Censo Agropecuário do IBGE/ 2007

Ainda segundo o Censo do IBGE/2007, os indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH), do município apresentam um dos piores desempenhos do Estado, enquanto o IDH do Brasil é de 0,766 e do Estado ser de 0,735, o Município de Nova Mamoré apresenta um IDH de 0,660, mesmo estando emancipado a mais de vinte anos, as políticas públicas desenvolvidas no local não implementaram serviços básicos e essenciais para o desenvolvimento justo e sustentável da população.

<sup>2</sup> Estimativa calculada a partir do % do Censo de 2000 e com base no total de habitantes em 2007 (Contagem Populacional).

Nesse contexto, segundo dados levantados pela Secretaria Municipal de Saúde (2008), os pontos críticos sobre a saúde são: alto índice de gravidez; alto índice de doenças infecciosas e parasitárias; baixa cobertura do Programa Saúde da família; elevados números de óbitos por causa externa; deficiência na vigilância sanitária e Carência de profissionais na área de saúde.

Segundo o mesmo Censo, 31,3% de domicílios são pobres, desestruturados e sem os serviços básicos de infra-estrutura como: saúde, saneamento básico, energia, cultura, lazer e educação.

Segundo dados do IDARON (2008), boa parte da produção pecuária do município está voltada para a bovinocultura de corte, sobressaindo-se o gado da raça Nelore. A grande área de pastagem é oriunda do modo de produção das médias e grandes propriedades, que buscam na criação extensiva do gado Nelore a principal fonte de renda, para suas propriedades. Já nas pequenas propriedades, a criação de gado é consequência da exaustão da fertilidade natural dos solos, após anos exaustivos com culturas anuais e bianuais, como arroz e mandioca.

Na base da agricultura familiar, a predominância é a bovinocultura de leite. A produção de leite, por propriedade familiar, varia de 50 a 150 litros por dia. Essa produção não é rentável, devido aos altos custos de manutenção do rebanho e à baixa remuneração praticada pelo único laticínio do município.

Outro aspecto fundamental, e que gera muito impacto negativo, é a infra-estrutura local de transporte, armazenamento, comercialização e vias de escoamento da produção, que são deficitários; além disso, ainda há uma forte pressão em algumas áreas de reservas extrativistas que são invadidas, saqueadas em suas potencialidades naturais, por falta de uma política local que proporcione apoio sistemático para a produção familiar local.

No que concerne às atuais políticas de reforma agrária, implementadas pelo INCRA no município, destacam-se 11 (onze) Projetos de Assentamentos Rurais, com suas principais ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, através da oferta de programas de créditos do PRONAF, que é o Programa Nacional da Agricultura Familiar – Cria condição para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção na busca pelo aumento do ganho das famílias agricultoras. Embora tais ações sejam desarticuladas entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, contribuindo para a

desagregação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; muitas famílias são beneficiadas.

Um fator que contribuiria para agregar dessas políticas seria a inserção dos beneficiários no processo de elaboração, implantação e execução de futuros projetos, dando atenção às reais necessidades e anseios desses agricultores, evitando-se assim programas e projetos que não levem em conta as peculiaridades e diferenças culturais, ambientais, sociais e econômicas dos agricultores assentados.

Segundo a Coordenadoria Municipal de Planejamento (2009), Os principais Órgãos Públicos, Municipal, Estadual e Federal de apoio a ações que visem o desenvolvimento sustentável no município são:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - órgão responsável pela execução dos projetos de assentamentos de reforma agrária e um dos parceiros que ofertam assistência técnica social para os assentados;

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA – é o órgão responsável pela fiscalização ambiental. É importantíssimo, pois implementa programas educativos e preventivos às queimadas e ao desmatamento irracional das áreas de preservação permanente;

A Secretaria de Agricultura - SEAPES – é o principal parceiro no âmbito do Governo Estadual no apoio às ações aos assentados, ao lado da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF e a Câmara Técnica de apoio ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;

Instituto Estadual de Defesa Sanitária - IDARON - responsável pela qualidade sanitária da produção agropecuária do estado é um parceiro importante na construção de projetos setoriais e principalmente na estratégia de implantação das pequenas agroindústrias familiares;

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - é a principal entidade de assessoria e assistência para os produtores rurais;

Secretaria de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM - é o órgão de desenvolvimento ambiental do estado e que se constitui no principal parceiro estadual na prevenção e resolução dos principais problemas ambientais do município: a conservação das matas ciliares e dos mananciais de água, além de coibir o desmatamento em áreas de preservação permanente e em áreas de manejo florestal;

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS - tendo como um dos objetivos, a promoção e o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento do município<sup>3</sup>.

Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI - tem como objetivo desenvolver e assessorar o chefe de gabinete no tocante à política Agrícola e Abastecimento, concretização dos produtos agropecuários no âmbito do Município com observância à política agrícola Estadual e Federal, além de desenvolver e coordenar a política de apoio à pecuária no município e finalmente desenvolver o associativismo<sup>4</sup>;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT - tem como finalidade executar a administração ambiental e turística a nível municipal com o objetivo de preservar os ecossistemas regionais, os recursos naturais e ambientais, buscando assegurar elevada qualidade de vida da população urbana e rural<sup>5</sup>.

Na linha de atuação dos órgãos citados, é importante ressaltar o papel de Organizações da Sociedade Civil organizada, representativas dos segmentos sociais da agricultura familiar, comunidades indígenas, ribeirinhos, urbanistas e entidades ambientalistas:

- GRAMMA - Associação de Agricultores Familiares de Nova Mamoré;
- Sindicatos dos Produtores Rurais de Nova Mamoré;
- Colônia de Pescadores Z-1: representa as populações de pescadores do Rio Madeira e seus afluentes;
- O SEBRAE – é uma entidade que está se consolidando na grande parceria da efetivação de ações no município, formalizando parcerias com o INCRA, na assistência técnica aos produtores;
- Comissão Pastoral da Terra – (CPT – RO): entidade ligada à Igreja Católica com atuação junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, associações e cooperativas;
- Grupo de Trabalhadores da Amazônia (GTA-RO): é o principal fórum de debates e articulação da sociedade civil organizada, para as políticas de desenvolvimento sustentável, que são propostas e formuladas para a Amazônia.

---

<sup>3</sup> Lei Municipal nº 306, de 25 de junho de 2001.

<sup>4</sup> SEMAGRI, conforme Lei Complementar Municipal nº 010/GP/2006

<sup>5</sup> Idem.

Todas essas entidades estão focadas na articulação e implementação de um novo e urgente paradigma para esta parte da Amazônia; um novo modelo de desenvolvimento gestado no seio de todos os agentes sociais que aqui escolheram para viver: povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, extrativistas, seringueiros e tantos outros, que compõem essa intrincada relação com o meio ambiente amazônico, o que se permite afirmar considerando-se as palavras de (GONÇALVES, 2005:16) que:

Sendo assim é possível vermos que há diferentes Amazônia... Não há uma, mas várias. Não há conseqüentemente, uma visão verdadeira do que seja a Amazônia. A verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a verdade do minerador, do fazendeiro-pecuarista ou do madeireiro não é a mesma dos índios, dos caboclos ribeirinhos e/ou extrativistas ou dos produtores familiares; a verdade dos militares ou a das grandes empresas estatais, nacionais e internacionais não é a mesma necessariamente dos garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, balateiros, retireiros ou dos trabalhadores rurais extrativistas.

Gonçalves (2005) levanta o alerta para que tenhamos uma única certeza: não há uma só Amazônia. Por isso, precisamos ficar atentos para sabermos de qual Amazônia estamos falando, quando pensamos a Amazônia como um todo, considerando-se que esses vários agentes, que atuam na região, tentam impor sua verdade como sendo a única da região.

### **1.3 PERFIL AMBIENTAL**

#### **1.3.1. Aspectos Geográficos**

O Município de Nova Mamoré está localizado na porção noroeste/norte do Estado de Rondônia. Faz divisa com a República Federativa da Bolívia e o Rio Madeira, pela porção Oeste; com os Municípios de Porto Velho, Buritis de Campo Novo, na porção Leste; na porção Sul, com o Município de Guajará Mirim e, na porção Norte, com o Município de Porto Velho. Sua área geográfica é de 10.072 km<sup>2</sup>, o que o coloca como o 4º município do Estado em extensão territorial. Em seu território encontram-se localizadas três reservas indígenas: Terras Indígenas Igarapé Ribeirão, Reserva dos Karipunas e Terras Indígenas Laje, bem como uma Unidade de Preservação Permanente, o Parque Estadual Guajará Mirim que, apesar do nome, encontra-se com 95% de sua área em território de Nova Mamoré. Em seu território também encontram-se parte do Parque Extrativista Jaci Paraná, do Parque Extrativista Preto, Parque Nacional Pacaás Novos e Terras indígenas Uru-eu-wau-wau. Suas vias de acesso: através de estrada: BR 425 e BR 421 (linha D). A BR 425 dá acesso à Porto Velho – 280 km de distância de Nova Mamoré e, a Guajará-Mirim, distante 48 km de Nova Mamoré. A BR 421 dá acesso aos Distritos de Palmeiras e Nova Dimensão, estendendo-se até o Parque estadual Guajará-Mirim, na divisa com os Municípios de Campo Novo Buritis. (Coordenadoria Municipal de Planejamento, 2009).

### **1.3.2 Relevô**

O território do Município de Nova Mamoré está localizado nas terras baixas da encosta setentrional do planalto brasileiro, cuja altitude média varia entre os 80 e 300 metros, sendo que os pontos mais altos são classificados como colinas suavizadas.

### **1.3.3 Hidrografia**

Sua hidrografia é constituída, pelas bacias dos Rios Mamoré e Madeira. Há, internamente, as micro-bacias dos rios Laje, Ribeirão, Araras e Taquara, sendo que nos três últimos encontram severos impactos ambientais, advindos da extração garimpeira e da derrubadas das matas ciliares, para o plantio de pastagem.

### **1.3.4 Clima**

O clima predominante na região é de transição, do equatorial para o tropical quente-úmido, com duas estações definidas: seca e chuvosa. Segundo Koppen, citado no Projeto RADAM BRASIL (1978), o clima predominante no Estado é o tipo “Am”, que corresponde às florestas tropicais, com chuvas do tipo monção. Caracteriza-se por elevadas precipitações, cujo total anual compensa a estação seca, permitindo a existência de floresta. As temperaturas médias anuais ficam em torno de 24° C e os valores da Umidade Relativa entre 80% a 85%. A precipitação pluviométrica média anual varia entre 1750 mm e 2750 mm, respectivamente menor e maior índice. A insolação é cerca de 1908 horas/ano. O período seco corresponde aos meses de Maio a Setembro.

### **1.3.5 Vegetação**

A cobertura original de Nova Mamoré (Mapa de vegetação do IBGE/SUDAM, 1989) aponta para Floresta Ombrófila Densa Submontana (Ds) e Aberta (As).

Nova Mamoré apresenta uma das mais elevadas taxas de desmatamento do Estado de Rondônia, em função da existência de grandes áreas de fazenda de criação extensiva de gado e devido aos projetos de assentamentos implantados.

Em virtude do termo de conduta, que obriga o Estado a cumprir a Lei Ambiental 2.166 que limita em 20% (vinte por cento) a área desmatada, o Município de Nova Mamoré encontra-se no limite do desmatamento, fato este que abre novas perspectivas para o município aproveitar seu alto potencial para projetos de manejo sustentável da floresta. Todavia, analisando-se o processo de ocupação e colonização de Nova Mamoré, fica evidente a substituição de áreas de florestas nativas por cultivo agrícola e gramíneas, para a formação

de pastagens. A exploração do ouro, embora tenha sido localizado<sup>6</sup>, também causou severos impactos ambientais no município, embora a extração de madeiras nobres, pelas madeiras, tenha causado impactos menores, porém, foram significativos em relação à biodiversidade, provocando o empobrecimento genético e econômico das florestas nativas, que ainda não podem ser mensurados. Todas essas atividades continuam sendo praticadas no Município, porém de forma e intensidade distintas das décadas anteriores (1970 e 1980), em função das limitações dos recursos naturais, do contexto socioeconômico e de leis ambientais mais severas, com órgãos ambientais mais atuantes.

### **1.3.6 Solo**

O solo, com maior incidência no Município, é o Latossolo Amarelo Álico, com sérias limitações ao desenvolvimento de culturas exigentes em condições ideais de fertilidade e acidez. Nesse solo, a fertilidade natural é baixa e o teor de alumínio tóxico é alto, impedindo o bom desenvolvimento de culturas básicas implantadas pela agricultura familiar, tais como, o arroz, milho e feijão. Também há ocorrência de solos da classe Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico.

## **1.4 EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

O Município de Nova Mamoré, antes de ser assim denominado, recebera, como primeira denominação, “boca”<sup>7</sup>. Depois passou a ser denominada de Vila, logo em seguida Vila Nova, posteriormente Vila Nova do Mamoré e, conseqüentemente, Nova Mamoré. Teve como primeiro administrador um dos pioneiros da região, o senhor João Clímaco, filho do senhor Sebastião João Clímaco, dono de imensos seringais na região, que, na mesma ocasião, também exercia o cargo de subdelegado de polícia, considerando-se que Vila Nova era um Distrito do Município de Guajará-Mirim. Outros moradores foram também nomeados administradores, como os senhores Floriano, Antônio Victorino e Acrísio Barbosa dos Santos. Mas, foi na gestão do Prefeito do Município de Guajará Mirim, o senhor Salomão Silva que Vila Nova pode realizar, pela primeira vez em sua história, uma eleição para o cargo de Administrador, tendo como concorrentes os senhores José Brasileiro Uchôa, na ocasião também Administrador da Colônia Agrícola do Iata, Distrito de Guajará Mirim e Antônio

<sup>6</sup> Segundo a CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, em 1981, foram extraídos dos garimpos da Cachoeira Madeira na Vila Murinho, Cachoeira do Ribeirão, Periquitos e Araras, cerca de 2.400 kg de ouro, desses apenas 817 kg foram registrados oficialmente.

<sup>7</sup> Primeiro nome dado ao Município de Nova Mamoré, em função da desativação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a maioria da população deslocou-se em direção à recém aberta BR 425, há seis quilômetros de distância; era um local que funcionava como ponto de partida e chegada dos veículos que trafegavam pela BR.

Lucas de Araújo, este morador de Vila Nova. José Brasileiro venceu a eleição tendo assim que administrar os dois distritos por um período de seis meses. (Calendário Cultural do Município de Nova Mamoré, 2005).

Considerando-se o desenvolvimento do recém criado distrito, impulsionado pela descoberta de ouro no rio madeira, cresceu na comunidade o anseio pela Emancipação Político-Administrativa. Assim sendo, o Deputado Estadual Jerzi Badocha (1982-1986) enviou um Projeto de Lei à Assembléia Legislativa do Estado, propondo a emancipação do distrito. Seu projeto não fora aprovado. Somente na legislatura de 1987 a 1990, através de outro Projeto de Lei, agora de autoria do Deputado Estadual Rigomero da Costa Agra, obteve o apoio da maioria dos deputados sendo aprovado sem ressalvas. (Calendário Cultural do Município de Nova Mamoré, 2005).

Após a aprovação do referido Projeto de Lei, em cumprimento à legislação em vigor no dia 14 de maio de 1988, foi convocado, pelo Meritíssimo Juiz Eleitoral da Comarca de Guajará Mirim, Dr. Ariel Ortiz Olstam, um plebiscito junto á população do distrito para que fosse sacramentada a Emancipação Político Administrativa do Município de Vila Nova do Mamoré. Com a aprovação do plebiscito, o Projeto foi encaminhado ao Governador do Estado, Dr. Jerônimo Garcia de Santana, que o sancionou através da Lei nº 207 de 06 de julho de 1988, passando assim a denominar-se de Município de Nova do Mamoré. Porém, com a posse de um novo prefeito no Município de Guajará Mirim, o Engenheiro civil Isaac Bennesby, em meados de 1983, o Senhor José Brasileiro, passa a administrar somente o Distrito de Vila Nova, implantando a infra-estrutura para a consolidação político-administrativo do distrito. Durante seu mandato, de cinco anos, construiu o Mercado Público Municipal, Fundou a Casa de Apoio ao Migrante, Construiu o Posto de Captação de Água da CAERD, a Escola Municipal de 1º Grau, Coronel Jorge Teixeira, na zona urbana, e outras tantas na zona rural, Posto de Saúde na zona urbana e a Ampliação da Unidade Mista de Saúde Antonio Luis de Macedo, entre outras obras. (Câmara Municipal, 2009).

Em 1988 foi realizada a primeira eleição para prefeito de Vila Nova do Mamoré, tendo o senhor José Brasileiro Uchôa (PMDB) concorrido ao referido, sendo eleito com mais de 70% dos votos válidos. No dia 13 de Dezembro, do mesmo ano, José Brasileiro, juntamente com os nove vereadores eleitos, tomaram posse para um mandato de quatro anos. Os primeiros vereadores eleitos foram: Francisco Sávio Araújo (PMDB); Assis Inácio Aguiar (PMDB); José Renato Soares do Nascimento (PMDB); João Divino da Silva (PMDB); Maria Nunes Pinto (PMDB); Sônia Maria Gomes do Nascimento (PDS) e o Senhor Manoel Carneiro Mendes (PDS). (Calendário Cultural do Município de Nova Mamoré, 2005).

No período que foi das eleições à posse dos eleitos, foi nomeado, pelo Decreto Legislativo do Estado nº 040, de 13 de julho de 1988, o Senhor Francisco Fernandes Pinto, para exercer o cargo de prefeito provisório do Município de Vila Nova do Mamoré, um dos pioneiros e que veio do Estado do Ceará no segundo ciclo da borracha, residir em Vila Murinho.

Por iniciativa da Câmara Municipal, o nome do Município foi alterado para Nova Mamoré, através da Lei Municipal nº 081 de 13 de novembro de 1991, assinada pelo então Prefeito José Brasileiro Uchôa. Todavia, a mudança de nome não teve validade, considerando-se que uma Lei Municipal não pode modificar uma Lei Estadual. A mudança somente foi possível através da Lei 531, de 17 de Dezembro de 1993, assinada pelo Deputado Estadual Silvernani dos Santos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Nova Mamoré possui 04 Distritos: o Distrito de Araras, a 40 km da sede, criado pela Lei Municipal nº 089 – GP, de 04 de novembro de 1991; O Distrito de Palmeira (Linha 20), a 40 km da sede, criado pela Lei nº 054-GP, de 09 de julho de 1990; o Distrito de Nova Dimensão (Linha 28), a 58 km de Nova Mamoré, criado pela Lei nº 213 – GP, de 25 de junho de 1997 e o Distrito de Jacinópolis a 134 km, criado pela Lei nº 338 – GP, de 06 de outubro de 2003. Esse último, durante o período de inverno, fica inacessível pela linha D, já que para chegar até lá é preciso atravessar 17 km do parque estadual Guajará-Mirim, trecho ainda sem estrada. No período de Novembro a Maio, as assistências chegam àquela população via Porto Velho/Ariquemes/Monte Negro/Buritis, porém, à distância por esta via é de 650 quilômetros. (Coordenadoria Municipal de Planejamento, 2009).

## CAPÍTULO II

### LÍNGUA (GEM), HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE: ESTUDOS TEÓRICOS

---

#### 2.1. VILA MURTINHO: aspectos históricos

Em meados do século XIX já se tem notícias sobre o povoado de Vila Murtinho, hoje Distrito de Vila Murtinho, do Município de Nova Mamoré, localizado na confluência dos Rios Mamoré e Beni, formadores do Rio Madeira. Na época era um pequeno povoado de mais ou menos oitocentos habitantes, e vivendo todos em função da extração da borracha. Embora pertencesse ao Brasil, e habitado por brasileiros, era um seringal pertencente a um boliviano, D. Perez de Velasco, e sua propriedade era conhecida como Gran-Cruz. Dessa forma, podemos inferir que Vila Murtinho foi, juntamente com Porto Velho, um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado de Rondônia. Para sermos mais precisos, a criação do povoamento de Guajará Mirim é posterior, vindo ocorrer em função da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. O povoado de Vila Murtinho estava localizado estrategicamente, pois era um entreposto que servia de embarque e desembarque de toda a produção de látex e das “drogas do sertão”, oriundas dos vales do Beni e Alto Madeira. Além de ser um enclave comercial, estava muito próxima da cidadela fundada pelos Irmãos Suárez, no Rio Beni, Cachuela Esperanza, a base de todo o negócio da família. Em função dessa localização geográfica, Vila Murtinho quando da Construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no início do século XX, para, justamente facilitar o escoamento da produção dos vales do Beni e Madeira, instalou-se ali uma estação ferroviária, sendo a mais importante depois das estações de Porto Velho e Guajará Mirim. Com a desativação da ferrovia e a abertura da BR 425, nos finais da década de 1970, do século XX, ligando Porto Velho a Guajará Mirim, Vila Murtinho perde sua importância econômica e muitas famílias que ali residiam vão fundar outra vila, às margens da BR anteriormente mencionada. Tal vila deu origem ao Município de Nova Mamoré, que teve sua Emancipação Político-Administrativa, em 1988.

Após a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no início do século passado, e durante todo o período de funcionamento da ferrovia, Vila Murtinho continuou a ter sua importância para a região, período esse em que intensificou-se o tráfego de mercadorias e de pessoas advindas de várias partes da região amazônica, sobretudo da Amazônia Boliviana. Era a mais importante estação ferroviária depois das cidades de Porto Velho e Guajará Mirim. Sua população era formada por bolivianos, poucos índios aculturados

e em sua maioria, migrantes nordestinos, principalmente cearenses, que então fugiam da grande seca que assolava o Nordeste (por volta de 1870-1877), e iludidos pela propaganda de promessas de emprego e subsídios para as despesas de viagem à Amazônia (Governo de Rondônia, 1980). Esses migrantes foram disseminados pelos seringalistas por todo o complexo hidrográfico rondoniense, principalmente ao longo da bacia do rio Ji-Paraná ou Machado e ao longo do alto rio madeira, eram submetidos a todos os desafios e agressividades da selva.

Segundo Sousa (1997), cada seringueiro era responsável por, aproximadamente, 450 árvores, distribuídas, em média, em três **estradas**. O trabalho era dividido em função das principais tarefas: sangria das árvores, recolhimento do látex e defumação. Nas horas de folga, dedicavam-se à agricultura de subsistência e à exploração dos recursos provenientes da várzea do Rio Madeira e da floresta.

Para Teixeira (2003), a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré é um marco no processo de ocupação e povoamento de Rondônia, particularmente da região em estudo, daí a importância de se conhecer como ocorreu esse empreendimento, constatou-se que o vale do Madeira era uma região riquíssima na planta “*Hévea brasiliense*”, e que a produção do látex era de difícil escoamento, devido os perigos das cachoeiras que existem no trecho do Rio Madeira entre Vila Murtinho e Porto Velho. Em função desses incidentes geográficos, surgiu, ainda no Segundo Reinado (1861), a idéia de se construir uma ferrovia que separasse os trechos encachoeirados do Madeira e ligasse a navegação dos rios Madeira e Mamoré. Com isso, unia-se a Província do Mato Grosso à Bolívia.

Após sucessivas tentativas fracassadas, do Governo Brasileiro, de construir a ferrovia, a idéia só foi retomada depois de solucionada a Questão Acreana<sup>8</sup>, em 1903. Pela assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil se comprometeu em prosseguir a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Em 1907, reiniciou-se o trabalho que foi concluído em 1912, ligando-se, então, a Porto Velho a Guajará Mirim, num percurso de 364 quilômetros. Todavia, ao ser inaugurada, já em 1913, a produção do látex na Amazônia já entrava em declínio, pois, já nesse período, o Brasil deixa de ocupar a posição de primeiro produtor mundial, em decorrência da entrada, no mercado, da produção oriunda do plantio racional, efetuado no sudeste asiático, a partir de sementes de seringueiras coletadas na Amazônia pelo

---

<sup>8</sup> Conflito de fronteira internacional entre o Brasil e a Bolívia, pela posse das terras do atual Acre – invadida por nordestinos e seringueiros – área que pertencia ao território boliviano até a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903). De acordo com esse tratado, ficaram para o Brasil as terras do Acre, mas, em troca, este deveria construir uma ferrovia que levasse a produção da Bolívia até o Atlântico.

inglês Henry Wickham, transplantadas na Malásia, Tailândia e Cingapura. (TEIXEIRA, 2003: 39).

Para Teixeira (2003), somente na década de quarenta do século passado, no período da Segunda Guerra Mundial, os seringais da Amazônia foram reativados, em decorrência do fechamento dos seringais, no Sudeste asiático, pelas nações do eixo. O então Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, entrou em acordo com o Presidente Getúlio Vargas, que se comprometeu em suprir as necessidades das nações aliadas. Neste acordo, os Estados Unidos entrariam com os recursos financeiros e o Brasil, com a mão-de-obra.

Segundo Perdigão & Bassegio (1992), foi pelo Decreto-Lei nº 5.225, de 1º de setembro de 1943, que criou-se o Batalhão da Borracha. A frente de recrutamento para este exército da selva seria o Nordeste Brasileiro. Criou-se a Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia- CAETA, encarregada de controlar e conduzir os nordestinos. Oficialmente, a CAETA era responsável pela assistência aos soldados da borracha durante toda a viagem, o que, segundo declarações de vários soldados, não foi cumprido satisfatoriamente.

Nesse “inferno verde”, o migrante, transformado em seringueiro, isolado (sozinho ou com família), teve que enfrentar os perigos da selva e, no processo de adaptação, usou a experiência com a própria natureza, ou aprendeu com antigos habitantes da região, índios e caboclos, também utilizados como mão-de-obra, pois o trabalho indígena era bastante utilizado na procura de seringueira nativa e de canais (rios, igarapés) que servissem para escoamento da produção.

## 2.2 CONCEITUANDO O RIBEIRINHO AMAZÔNICO

Para um melhor entendimento do que seja o ribeirinho amazônico, precisamos elencar dados importantes e atuais sobre a região, como forma de nos desvincularmos daquela imagem amazônica construída ao longo da história, como área idílica, desabitada e que abriga riquezas incalculáveis. Para Gonçalves (1997: 12), “...em verdade esse consenso que existe a respeito do que seja a Amazônia é, na verdade, uma imagem que foi contraditoriamente construída ao longo da História. É, na verdade, mais uma imagem **sobre** a região do que **da** região”.

A Amazônia com seus cinco mil quilômetros quadrados, representa 59% do território brasileiro, 3,6% da superfície seca do planeta, a temperatura média de toda a região amazônica é de mais ou menos 25°C, muito adequada para a formação de húmus. As precipitações na Amazônia, segundo a área, entre 1.500 e mais de 6.9 mm/ano. A combinação

de altas temperaturas com fortes precipitações faz-se indispensável à cobertura vegetal, que protege o solo e evita sua degradação. No entanto, é importante assinalar que a capacidade de carga do solo amazônico é muito inferior à de outros solos, especialmente com relação às áreas temperadas. O funcionamento da floresta tropical amazônica apóia-se em circuitos fechados e rápidos, nos quais a base de sustentação da biomassa encontra-se em camadas muito superficiais da terra. Tal característica explica a alta vulnerabilidade do solo à ação das precipitações e o fato de a floresta estar organizada em “camadas” de árvores e plantas, que atuam como manto protetor frente aos fenômenos pluviais. (Veja, p.39-48 set. 2009).

Os milhares de animais e plantas que abrigam a Amazônia constituem mais da metade da vida selvagem planetária. Calcula-se que seus ecossistemas abrigam entre 50% e 70% das prováveis trinta milhões de espécies terrestres. Por isso uma das características de maior importância da região é sua diversidade genética. (Veja, p.39-48 set. 2009).

A Amazônia possui a bacia hidrográfica mais extensa do planeta. O sistema principal do rio Amazonas chega aos 6.762 km de longitude. Além disso, sua descarga equivale à 15,47% das águas doces despejadas nos oceanos e representam entre 15 a 20% da reserva total de água doce do mundo. É nessa região, com números gigantescos, que vivem 25 milhões de brasileiros; nos anos de 1970, 3,5% da população vivia em áreas urbanas; hoje 73% dos habitantes vivem nas cidades – e seus problemas são semelhantes aos dos habitantes de qualquer cidade do Sul ou do Sudeste, só que agravados pela falta de serviços básicos de infraestrutura. Na região que concentra 80% da água doce do país, falta água encanada. Em Rondônia, apenas 40% das casas têm acesso a esse serviço. A situação dos esgotos é ainda pior: somente 9,7% dos domicílios do Norte estão ligados à rede coletora. A média nacional é de 51%, mais de 90% dos municípios não dispõem de aterros sanitários. O lixo é disposto a céu aberto ou despejado *in natura* nos rios. (Veja, p.39-48 set. 2009).

Segundo (GONÇALVES, 2005), o processo que ensejou essa urbanização se deu, de um lado, como resultado de um determinado modelo agrário e, de outro, por um modelo industrial que não abarcava a população regional.

Vivem na Amazônia 400.000 mil índios de quase 200 etnias e com diferentes níveis de contato com a sociedade brasileira. As setenta tribos que permanecem isoladas representam menos de 1% desse universo. 75% vivem na floresta.

Esses dados simples, mas realistas demonstram que a realidade da Amazônia, além da visão idealizada, é de miséria, destruição e violência, desafiando essa ecologia conservadora a repensar suas doutrinas e pensar que a questão social não estar dissociada da questão ecológica. É nesse contexto, que vive o mais característico personagem amazônico,

como bem defende Gonçalves (2005:155), que habitando as várzeas desenvolveu toda uma tecnologia na convivência com rios e florestas:

O interessante é que esses amazônidas têm uma visão e uma prática nas quais, solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas amazônicos com a agricultura, o extrativismo e a pesca. São produtores polivalentes... Não resta dúvida de que entre os ribeirinhos é que encontraremos o que de mais especificamente amazônico existe.

Para entender a construção do espaço ribeirinho na Amazônia, é preciso retomar a história de ocupação desse espaço a partir das duas correntes migratórias para a Amazônia, muito bem explicitadas por (SILVA, 2000), a qual começa defendendo que, principalmente no Estado de Rondônia, e, neste particular podemos incluir Vila Murtinho, parte das localidades ribeirinhas foram, no passado, antigos seringais. A primeira refere-se à nordestinos que migraram no final do século XIX, e que tinha como principal característica ser uma migração familiar sertaneja. A segunda analisada será a que ocorreu no período de 1943 a 1945, motivada pela “batalha da borracha”.

Assim o modelo de ocupação na Amazônia, no final do século XIX, era de caráter linear e “beradeiro”, próxima aos rios e igarapés, e, das áreas extrativistas do látex. No primeiro momento da ocupação, os nordestinos não se concentravam no interior das florestas devido ao ataque de indígenas, constante, e ao isolamento, pois, geralmente, eram famílias numerosas, dificultando, assim, a entrada na mata firme.

Com o declínio da extração do látex no final da década de quarenta, do século passado, Silva (2000) afirma que muitos seringueiros foram para as cidades em busca de trabalho e estudo para os filhos, e a maioria procurou as margens dos rios, lagos e igarapés, fixou residência definitiva e, paulatinamente, teve que readaptar seu modo de vida de tal forma que a atividade de extração do látex foi abandonada, passando a adotar a atividade da pesca e da agricultura em pequena escala, principalmente a lavoura branca.

O autor ainda destaca que Governo Federal, na tentativa de conter o êxodo dos seringais e normalizar o abastecimento de gêneros alimentícios nas cidades, cria as Colônias Agrícolas em Rondônia para serem trabalhadas por mão de obra familiar, divididas em lotes de 25 hectares. Muitos desses seringueiros que trabalhavam nos seringais localizados na Vila Murtinho, deslocaram-se para a Colônia Agrícola Presidente Dutra, denominada popularmente de “Iata”<sup>9</sup>, no Município de Guajará Mirim, onde foram instaladas, pelo

---

<sup>9</sup> De acordo com um informante o nome Iata foi atribuído em função do rio Boliviano Iata, que deságua no rio Mamoré, próximo ao local onde a Colônia Agrícola foi fundada.

governo sessenta e cinco máquinas para a produção de farinha, que era exportada para Belém e Manaus.

Para Josué da Costa e Silva, um estudioso das populações ribeirinhas em Rondônia, o debate sobre populações ribeirinhas passa necessariamente por uma questão conceitual: Existem povos ribeirinhos? Para uma resposta afirmativa, algumas questões devem ser levantadas: quem são, como vivem, como é sua cultura.

Quando utilizamos o termo “ribeirinho”, não estamos somente nos referindo a quem mora às margens de um rio ou igarapé, mas aquele que essencialmente mantém uma organização social diferenciada da urbana, com sua sobrevivência econômica baseada principalmente na pesca, pequena produção agrícola (caracteristicamente mandioca para a produção de farinha, frutos como a melancia, plantada nas várzeas dos rios e plantações perenes como o cupuaçu, a pupunha e o açaí) e que pratica a coleta de produtos da mata como a castanha-do-brasil, o açaí, a abacaba e o patoá nativos. Assim, fica claro que não é somente o fato de morar às margens de um rio ou igarapé que caracteriza o ribeirinho, isso seria uma classificação simplória diante da diversidade de forma de viver da população amazônica (COSTA & SILVA, 2002:27).

De acordo com Colares (2009), a região que ocupa a maior bacia hidrográfica do planeta tem nos rios os seus principais caminhos e motivos de expressões culturais. E, ainda, o autor citando Loureiro (2001), na região amazônica a cultura do mundo rural é de predominância ribeirinha, seja no que diz respeito à originalidade ou como produto das experiências sociais e da criatividade de seus habitantes. São saberes, práticas e vivências que se configuram em sentidos culturalmente construídos e traduzidos por diferentes formas de linguagens.

Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1985:127), nos apresenta uma definição de cultura importante:

Cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e motivam para a ação.

Na Amazônia há dois pólos distintos de grandes espaços tradicionais de cultura: o espaço da cultura urbana e o da cultura rural, sendo que a cultura do mundo rural é de predominância ribeirinha e constitui-se na expressão aceita como a mais representativa da cultura amazônica. Desse modo, a estreita relação da cultura amazônica à cultura ribeirinha é atribuída, tanto aos seus traços de originalidade, quanto produto de acumulação de experiências sociais e da criatividade de seus habitantes. Refletindo a relação do homem com a natureza, o rio, como fator determinante, é que organiza o ritmo da vida regional.

A compreensão desse universo não se dá de forma isolada e fixa, pois há contato com outras referências culturais. Sobre esse aspecto, Loureiro assinala que “a cultura do mundo ribeirinho se espraia pelo mundo urbano, assim como aquela é receptora das contribuições da cultura urbana” (2001, p.65). É evidenciada, a partir dessa análise, que a articulação entre culturas torna-se um recurso necessário para a compreensão e o reconhecimento da alteridade (COLARES, 2009:131).

E assim, a partir desse contexto, a explicação das ações cotidianas tem um contorno poético de imensa riqueza inserido na relação do homem ribeirinho com a vida conforme analisa Loureiro:

Os rios da Amazônia são relógios da vida na região. É no ritmo das vazantes e das enchentes que os rios se constituem no relógio e no calendário regionais. A vida olha o rio, os homens regulam seu cotidiano pelo movimento das águas (2001:221).

Nesse contexto, o rio é uma entidade quase sagrada, que dá à vida um impulso riquíssimo de significados e simbologias. O autor é mais enfático ainda ao afirmar que “o rio é tudo. Ele está intimamente ligado à cultura e à sua expressão simbólica” (2001:126).

O outro elemento que constitui a cultura ribeirinha é a tradição oral, a qual também deve ser redimensionada. São histórias contadas no seio familiar, em torno dos mitos que povoam os rios; são lendas sobre seres lendários e misteriosos, que povoam a imaginação dos habitantes ribeirinhos. São narrativas que reúnem a memória oral e tradição como forma inconsciente de preservar as experiências e construir identidades. É no rio que predominam os mitos que enriquecem de significados a cultura ribeirinha. De acordo com (COSTA & SILVA, 2002: 29):

A conservação de valores proporcionados por longos períodos de isolamento pela dificuldade de acesso construiu na população ribeirinha um caráter conservador, tradicional, onde a transmissão cultural foi predominantemente oral, refletindo, assim, de forma incisiva na relação do homem com a natureza.

A preservação da tradição oral é um instrumento essencial que o homem ribeirinho utiliza para se relacionar com seu mundo imaginário, que lhe permite mergulhar no terreno do fabuloso, para melhor compreender as próprias lembranças de histórias contadas, ouvidas e lidas. Desse modo, a origem da cultura ribeirinha, no Estado de Rondônia, remonta aos ciclos da borracha e é o resultado de encontros e desencontros desses nordestinos com o conhecimento milenar dos vários povos indígenas, que habitavam a região. Segundo (SARAIVA, 2002: 29), para um melhor entendimento sobre o *modus vivendi* da população ribeirinha, torna-se necessário um distanciamento dos caminhos equivocados de entendimentos arraigados ao longo do tempo: primeiramente é preciso que se saiba que a população ribeirinha não é fechada para o mundo urbano, pois estão sempre em contato com centros urbanos mais próximos. Não existe uma relação de estranhamento e um comportamento desajeitado e assombrado, como se desenhava (desdenhava) o perfil da figura

do beradeiro. Algumas comunidades disputam espaço no mercado consumidor, com seus produtos. A televisão via antenas parabólicas, complementa a “visualização” do mundo urbano. O ser ribeirinho está caracterizado por uma concepção de natureza diferente, por integrar, em seu modo de vida, os elementos, estabelecer suas estratégias de sobrevivência, seus valores éticos e estéticos, seus sonhos. Nesse sentido, temos um segundo ponto: evitar o pensamento de que todos os grupos são iguais. Essa diferença está marcada no sentir, no perceber, no olhar, no lazer. A cultura ribeirinha está caracterizada nas representações míticas do grupo, nas festas de santos, nas formas de produzir o sustento, na influência que o calendário agrícola recebe dos rios. Para a mentalidade ribeirinha, os rios, igarapés ou lagos, representam muito mais que um referencial geográfico; podem revelar um significado mais amplo, de um rio personificado, que reconstrói memórias, que está vinculado à histórias de vida, que repassa ensinamentos transmitidos pela oralidade, através das gerações; enfim, pode revelar uma cultura que cada vez encontra menos eco na sociedade atual.

De acordo com (COSTA& SILVA, 2002: 41) as populações ribeirinhas, pela sua própria característica, apresentam um modo de vida voltado para os acontecimentos relacionados à água e à mata, constituindo o universo das relações sociais que travam com o ambiente. O rio é o local de trabalho, lazer, meio de comunicação e contemplação. Como não dispõe de água encanada, é no rio que se banham e pegam água para o consumo de casa. É do rio que tiram o sustento da família, pois a principal atividade produtiva dos moradores é a pesca. É nas águas do rio que se divertem crianças e adultos e é através do rio que se comunicam com o mundo exterior.

A relação que as comunidades ribeirinhas estabelecem com a floresta remonta as origens do lugar, no auge do ciclo da borracha, onde funcionavam os antigos seringais da Amazônia. De acordo com SILVA (2000), a população de mais idade é formada por ex-seringueiros, em sua maioria nordestinos, que narram as experiências vivenciadas na mata durante o corte da seringa. Hoje, essa relação se dá através da caça e da extração da madeira para a fabricação de casas e o extrativismo vegetal. A borracha ainda é produzida, mas em pequena proporção, apenas na fabricação de utensílios domésticos como bolsas, sacos impermeáveis e calçados.

Essa relação do homem com a mata é evidenciada pelas histórias míticas que costumam contar, principalmente para nós, elementos externos ao seu grupo social, com o intuito de aguçar a nossa curiosidade e nos causar temor. São histórias como a do “encantado da jibóia”, “curupira” ou de assombração. Embora em vias de extinção, como bem colocou BENJAMIM (1996:17), faz parte do cotidiano ribeirinho, a arte de narrar histórias,

constituindo-se num universo de representações repleto de significados onde são reproduzidos crenças, valores, códigos e normas internas de conduta social.

### **2.2.1 Caracterização da comunidade ribeirinha de Vila Murtinho**

A área ribeirinha onde se localiza a nascente do Rio Madeira, na comunidade de Vila Murtinho, foi ocupada logo no início do século XVIII pelos “castelhanos” vindos das colônias espanholas nos Andes e pelos coletores de especiarias da Província do Grão Pará e por missões religiosas de ambos os lados.

Nas margens do Rio Madeira, do lado do território boliviano, há uma pequena comunidade de bolivianos, e um pequeno posto militar, para controle e fiscalização da região. As pessoas dessa comunidade têm acesso livre ao lado brasileiro, pois recorrem ao comércio de Nova Mamoré para comprarem seus mantimentos. Essa interação secular entre os ribeirinhos brasileiros e bolivianos, às vezes tensa, outras amigáveis, acabou por provocar uma troca de experiências enriquecedora sobre a realidade da região.

Nessa pesquisa aponta que na comunidade de Vila Murtinho, residem 25 famílias, tendo como principais atividades produtivas a pesca artesanal, a agricultura de subsistência (arroz, milho, mandioca, feijão) e o extrativismo de produtos como a castanha-do-pará, o açaí, urucum, óleo de copaíba e babaçu. São atividades com características eminentemente de subsistência; a pesca e na época da seca para plantam nas várzeas do Rio Madeira, principalmente feijão, nesse caso a espécie que eles chamam de “feijão de corda”<sup>10</sup>, considerando-se seu prazo rápido de colheita.

Todas as casas apresentam pomares caseiros, onde se destacam espécies como: cupuaçu, graviola, manga, côco, banana, açaí, pupunha, café, etc. Somente em seis residências observou-se uma pequena horta caseira com: couve, cebola, coentro e alface. Criam pequenos animais domésticos: cães, gatos, porcos, galinhas e algumas famílias dispõem de pequenos rebanhos bovinos, para utilizarem o leite como alimento. Foi observado também que apenas duas famílias trabalham com o fabrico de farinha de mandioca. A produção é pequena, basicamente para o consumo, quando há excedente é vendido na zona urbana do município.

Consumem água sem nenhum tratamento, oriunda dos chamados “poços amazônicos” e às vezes consomem a água do próprio rio ou de igarapés que serpenteiam suas pequenas chácaras e que deságuam no Rio Madeira. Detectamos, em poucas residências, o uso de banheiro com pia e lavabo; na maioria das casas, suas necessidades fisiológicas eram

---

<sup>10</sup> *Vigna unguiculata* (L) Walp., subespécie *unguiculata* – Embrapa, 2009

feitas em “privadas”, muitas delas localizadas próximas ao reservatório de água para consumo.

Sua estrutura comunitária possui: uma unidade escolar municipal de Ensino Fundamental, Escola Aluízio Ferreira, criada pelo Decreto Lei nº 70/48, de 16 de abril de 1948, que no momento, encontra-se desativada; os alunos precisam deslocar-se até à zona urbana do município de Nova Mamoré para freqüentarem a escola.

Há um posto de Saúde construído em alvenaria, fundado em 1946, que encontra-se desativado, mas a população é assistida pelos agentes de saúde comunitário, do Programa Saúde da Família. As doenças mais comuns são as parasitárias e infecciosas; encontram-se casos de hanseníase e tuberculose. As crianças são assistidas pelas campanhas de vacinação infantil, bem como há uma equipe da Pastoral da Criança que realiza um trabalho mensal de pesagem e nutrição para a população infantil.

Há ainda uma Associação dos Pequenos Produtores da Vila Murtinho, uma Igreja Católica em homenagem à Santa Terezinha, padroeira da comunidade, construída por uma missão francesa em 1946, uma Igreja Evangélica e um centro de umbanda. Porém, é a religiosidade, um aspecto do cotidiano, que aglutina um grande número de pessoas. É um elemento de mobilização comunitária, onde observamos claramente a existência de um processo organizativo, uma vez que o planejamento do evento é feito com um mês de antecedência, com reuniões para divisão de tarefas e a constituição de uma comissão organizadora, ou conselho comunitário, para a tomada de decisão. Faz parte dos festejos o torneio de futebol, que tem a participação dos times de diversas localidades ribeirinhas, inclusive dos ribeirinhos da Bolívia, que disputam geralmente cerveja ou uma pequena quantia em dinheiro. Há dois bares que vendem, além de bebidas, gêneros alimentícios como: açúcar, café, arroz e farinha. Sobre atividades desportivas e de lazer, existe somente uma quadra de esporte, em alvenaria, subutilizada e em estado de deterioração avançada.

O local ainda funciona como entreposto para os garimpeiros que descem o Rio Madeira em busca de minério, ou que garimpam nos rios da Bolívia. Pode-se observar inúmeras “dragas de sucção”, equipamento utilizado para extrair, do fundo rio, o cascalho que contém ouro. Essa atividade garimpeira influenciou, e, continua influenciando a vida dos ribeirinhos desde o início da década de 1980. Até hoje, durante o período da seca, alguns ribeirinhos procuram ouro com a bateia (é um utensílio usado na mineração em pequena escala, geralmente em depósitos de sedimentos em cursos de água, para obtenção do ouro. Companhia de Pesquisas de Recursos Naturais, 2009), nos chamados “sequeiros” (palavra

típica da área de garimpo, muito utilizada pela população de Vila Murtinho, para designar um terreno rico em cascalho e com a possibilidade de se encontrar ouro).

Há, na entrada da comunidade, as ruínas dos prédios que foram utilizados para alojar a estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Existe uma caixa d'água de ferro, que era utilizada para abastecer a caldeira das máquinas. A ruína do prédio que fora a estação ferroviária, por sinal, é o maior. Entre todos é o menos deteriorado, inclusive abriga uma família com quatro crianças. Os outros prédios não resistiram às intempéries do tempo e à ação predatória do homem; restaram somente as fachadas. Os trilhos da ferrovia foram quase todos retirados e utilizados para construção de pontes e passadiços em fazendas próximas da região, bem como, muito utilizado para reforçar as tampas de fossas na zona urbana de Nova Mamoré.

A energia elétrica que abastece a comunidade é fornecida pela CERON, mas nem todas as residências dispõem de energia elétrica; as mais afastadas do centro da comunidade carecem desse investimento. No período das chuvas, a estrada vicinal que dá acesso à comunidade, fica quase intransitável.

Não há registro de festividades na comunidade, com exceção das festas religiosas, principalmente da santa padroeira do distrito, Santa Terezinha, comemorado dia primeiro de outubro, ocorrendo no lugar somente uma procissão e uma missa, encerrando-se, assim, as festividades.

Observa-se, em Vila Murtinho, uma característica comum aos ribeirinhos da Amazônia: estão à margem da sociedade brasileira, com carências de aplicação de recursos, refletindo ainda na falta de melhorias nas Escolas e de professores, o que tem causado a falta de continuidade dos estudos de muitos jovens, crianças e adultos, nesse caso agravados pela exploração garimpeira, que provocou enormes prejuízos ao meio-ambiente.

Um dado importante, verificado nesta pesquisa, é o profundo respeito que os ribeirinhos de Vila Murtinho têm para com o Rio Madeira. Na residência do morador mais antigo da comunidade, localizada bem na confluência dos Rios Mamoré e Beni, existe um banco de madeira, localizado na margem do rio, que permite aos moradores observarem o rio. É como se fosse uma espécie de mirante, colocado em local estratégico, sempre no alto, onde adultos e crianças se encontram e ficam horas trocando idéias, às vezes jogando dominó, vendo o que se passa. Vêm as pessoas que chegam e saem, as embarcações que passam para cima e para baixo do rio, principalmente as voadeiras, em direção aos garimpos.

## 2.3 NATUREZA *VERSUS* CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: teoria e prática

Entender a questão ambiental é hoje um imperativo a que nenhum país, cidade, instituição ou pessoa pode se furtar, considerando-se sua importância para a sobrevivência da vida sobre a terra e as relações entre grupos sociais e sociedades.

Segundo Gonçalves (1990), para entender esse processo é necessário que entendamos dois conceitos que foram construídos ao longo da História Ocidental e que, frequentemente, são vistos como extremamente opostos e sem nenhuma relação aparente.

A que se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a **agricultura**, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza “naturalmente” dá para a coleta daquilo que se planta, que cultiva. Com a agricultura nos tornamos sedentários e não nômades. Primitivos são aqueles que vivem da caça, da pesca e da coleta ou de uma agricultura itinerante, posto que não conseguem manter a fertilidade do solo, necessitando migrar periodicamente em busca de alimento. Com a agricultura irrigada alguns povos se estabelecem sobre um determinado território de maneira mais permanente, mais estável. A vida se torna menos inconstante, domestica-se a natureza e, assim, formam-se os berços das civilizações na Mesopotâmia, no Egito, na China, etc. Dominar a natureza é dominar a inconstância, o imprevisível; é dominar o instinto, as pulsões, as paixões (1990:53).

Ainda segundo esse raciocínio, o homem cria o Estado com suas Leis, para que não retornemos ao mundo dos selvagens. O Antropólogo Lévi-Strauss (1955), nos ensina que, os romanos chamavam de *bárbaros* aos outros povos, tidos por eles como não civilizados, e que, a palavra “bárbaro”, originalmente, significava canto desarticulado das aves. Portanto, bárbaro era o que é da natureza – *ave* – por oposição ao que é da cultura. E, notem bem, selvagem quer dizer da selva, mais uma vez, do plano da natureza. Ainda segundo esse raciocínio o Estado, a Lei e a Ordem, são tomados como necessários para evitar as *forças* da natureza, onde reina o caos, a lei da selva, onde todos lutam contra todos. Assim, a natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, *o homem*, muito embora saibamos que os homens se posicionam como se fossem proprietários da natureza. Esta separação entre homem-natureza (cultura-natureza) é uma característica singular do pensamento que tem dominado o mundo ocidental, cuja raiz encontra-se no mundo grego, com as filosofias a partir, sobretudo, de Sócrates.

Todavia, é na Idade Moderna, com o pensamento de Descartes, que essa separação homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto ganham contornos definitivos, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo:

Pode-se ressaltar dois aspectos da filosofia cartesiana que expressam essa trajetória do pensamento, no sentido de separar homem-natureza. - o caráter pragmático que o conhecimento adquire; dessa forma o pensamento cartesiano vê a natureza como recurso a ser explorado pelo homem e - o antropocentrismo, isto é, o homem passa a ser visto como o centro do mundo: sujeito em oposição ao objeto; dominando o mundo da técnica, o homem pode desvendar os segredos da natureza e, assim, tornar-se “senhor e possuidor da natureza”.

Essa forma de pensar foi construída ao longo da história do pensamento ocidental, como escreveu Gonçalves (1990: 132) “Essa oposição se deu em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais”. Consagrando o homem com uma capacidade infinita de dominar a natureza, e veremos ainda que é com o capitalismo que essa tendência será levada às últimas conseqüências.

O século XIX foi o do triunfo do mundo da ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais, um objeto a ser possuído e dominado, foi então subdividido em física, química, biologia. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia. De acordo com (Gonçalves, 1990:157), “as ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra”. E assim, o movimento conservacionista ocidental também foi marcado por essa visão dicotômica de homem-natureza, com todas as implicações e contradições que marcaram esse movimento, considerando-se o grupo social e interesses que defendem um país, instituição ou pessoas. Esse modelo hegemônico de usufruir os recursos naturais, com a mentalidade de que eram infinitos, entra em crise no mundo atual, pois a pressão desordenada sobre esses recursos nos fez perceber que esse modelo de desenvolvimento não foi capaz de promover um desenvolvimento economicamente justo e ambientalmente sustentável.

Segundo Quintas (1996), o paradigma do desenvolvimento gestado a partir da Revolução Industrial do século XVII, culminou com a Conferência de Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos, que durou três semanas de julho de 1944, com a participação de 730 delegados de 44 países do mundo, então em guerra, para definirem uma Nova Ordem Econômica Mundial, novos organismos foram criados para assegurarem as bases dessa nova ordem: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, e um ano depois a Organização das Nações Unidas – ONU.

É esse modelo muito bem definido pelos burocratas das principais nações do Hemisfério Sul, (Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha) que entra em declínio, e novos paradigmas ético-culturais e apresentam-se como novas perspectivas, não só para os

países pobres, mas, também, como modelo para essas nações ditas desenvolvidas. O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição tendem a aumentar. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo. Ainda Quintas (1996), as pessoas que trabalharam na Agenda 21<sup>11</sup> escreveram a seguinte frase: "A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades", (1996:12). Essa frase toda pode ser resumida em poucas e simples palavras: desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência). Será que dá para fazer isso? Será que é possível conciliar tanto progresso e tecnologia com um ambiente saudável? Acredita-se que isso tudo seja possível, e é exatamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável (DS), que pode ser definido como: "equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social".

Para alcançarmos o Desenvolvimento Sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; é aqui que entra uma questão sobre a qual pouco se tem dito: qual a diferença entre *crescimento* e *desenvolvimento*? A diferença é que o *crescimento* não conduz automaticamente à igualdade, nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida, a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos, apenas, de alguns indivíduos da população. O *desenvolvimento*, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

---

<sup>11</sup> A Agenda 21 é um programa de ação, baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92. Ministério do Meio Ambiente, (2009).

Marzal (apud GOMES, 2000), os movimentos mais organizados em defesa do Meio Ambiente iniciaram-se na segunda metade da década de 1940, no período pós-guerra, em função dos testes nucleares, do rápido crescimento da indústria e do crescente consumo.

Em 1949, com o objetivo de promover um intercâmbio de experiências, aconteceu a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização dos Recursos, onde se discutiu a crescente pressão sobre os recursos naturais exercida pela atividade antrópica. Duas décadas se passariam até que o assunto começasse a tomar corpo no âmbito da política internacional, com a realização, em 1968, da Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e Conservação da Biosfera, também conhecida como Conferência da Biosfera

Ainda conforme o estudo de Gomes (2000) foi em junho de 1972, em Estocolmo, Capital da Suécia, que se realizou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, difundindo mundo afora uma crescente e intensa percepção sobre a importância dos problemas ambientais. De acordo com Bellia (1996), a conferência difundiu o conceito de “economia do astronauta”, comparando o planeta a uma nave espacial onde todos os povos seriam os passageiros; a nave representaria um sistema fechado, limitado em si mesmo. A conferência de Estocolmo chamava a atenção para a capacidade limitada da natureza em absorver a expansão das atividades humanas e os esgotamentos dos recursos naturais, persistindo a utilização intensiva dos mesmos. A conferência constitui-se ainda em um marco no que diz respeito às questões ambientais, uma vez que, até então, as discussões e tentativas de ações eram estritamente do ponto de vista ambiental, desconsiderando-se as questões sócio-econômicas.

Porém, o termo “Desenvolvimento Sustentável”, segundo (BUARQUE, 1996), foi introduzido apenas em 1980, durante o debate da Estratégia Mundial para a Conservação, e, somente difundido a partir de 1987, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Comissão de Bruntland)<sup>12</sup>, através do relatório “nosso futuro comum”, que relata o alarmante aumento da pobreza e miséria em grande parte do mundo, como a maior causa e efeito das problemáticas ambientais. O relatório alerta quanto à necessidade de se promover um *desenvolvimento sustentável*<sup>13</sup>. Essa comissão afirmava que o conceito de desenvolvimento sustentável não envolvia limites absolutos, mas limitações impostas pelo

<sup>12</sup> A partir de 1985, ocorreram rodadas da Comissão Bruntland, uma comissão de especialistas da Comissão Mundial (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a coordenação da primeira Ministra da Noruega: Gro Bruntland e Mansour Khalid, daí o nome do relatório final: Relatório Bruntland.

<sup>13</sup> O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats. Relatório Bruntland, 1987.

estágio atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos humanos ambientais, e pela capacidade da *biosfera*<sup>14</sup> para absorver os efeitos das atividades humanas.

Outro importante marco regulatório em nível mundial, sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi a Conferência das Nações Unidas, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro (Rio 92), onde reuniu em um só local o maior número de chefes de estados e delegações até hoje, resultando na assinatura e aprovação da Agenda 21 pelos países participantes. Resultou na confecção de um documento contendo o programa internacional de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável. Este documento, portanto, não tem força legal, funciona mais como uma carta de intenções, e responsabilidades dos governos, que deverão traçar estratégias, planos, políticas e processos nacionais que serão contemplados com a cooperação internacional. Para Gomes (2000:170),

Essa cooperação exigirá por sua vez, um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender, para fazer frente aos problemas ambientais e acelerar o desenvolvimento sustentável.

Ainda, segundo a autora, a Conferência foi marcada pela falta de consenso sobre o desenvolvimento sustentável, onde diferentes grupos não compactuavam de uma mesma conceituação, passando desde o grupo que o considera uma *besteira*, até aqueles que identificam na sua concepção uma estratégia para reafirmar o modelo atual.

Para BUARQUE (1996), alcançar uma estratégia de desenvolvimento sustentável parece ser um grande desafio para a geração atual, uma vez que trata dimensões com tamanha complexidade e especificidade e pelas interações extremamente complexas envolvidas no processo. Para vencer este desafio a nossa frente, será necessário que todos os atores da sociedade estejam conscientes e dispostos a procurar, com todo o empenho possível, os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Esta é, segundo LEMOS (1996), a única forma, e talvez a última oportunidade, para garantir no futuro, um mundo mais democrático, ecologicamente sustentável e com maior justiça social.

Na comunidade de Vila Murquinho, a concepção de natureza ainda é muito atrelada à noção de que os recursos naturais são infinitos, embora os impactos negativos da ação garimpeira no Rio Madeira sejam visíveis, bem como o avanço das pastagens em áreas que

---

<sup>14</sup> sf Conjunto das zonas do globo terrestre que encerra os seres vivos e onde a vida é possível de modo permanente. A biosfera é constituída pelas camadas mais superficiais da crosta terrestre (litosfera), pelas águas oceânicas (hidrosfera) e pelas camadas mais baixas da atmosfera. Dicionário de Geografia – Termos, Expressões, Conceitos, 1996.

outrora eram locais de coleta de frutos da floresta, de caça e pesca têm diminuído consideravelmente a capacidade produtora desses recursos.

Por outro lado, a força das idéias que solidificam no mundo inteiro a noção de que o desenvolvimento não pode mais interferir drasticamente na natureza, também está presente nos discursos dos ribeirinhos que mesmo sofrendo pressões de sujeitos externos à comunidade têm procurado manter o ritmo de vida tão característico do viver ribeirinho. Um profundo respeito pelos elementos naturais que compõem esse mundo é verificado no seu cotidiano e na sua prática. O plantio consorciado de várias plantas, cupuaçu, pupunha, açaí, entre outras são indicativos dessa nova mentalidade.

## **2.4. IMPLICAÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA NA QUESTÃO AMBIENTAL**

Para que se possa articular a temática ambiental com a pesquisa sociolinguística na comunidade ribeirinha de Vila Murinho é preciso que se reflita sobre o fenômeno sociolinguístico, desde os primeiros estudos sobre a linguagem, iniciadas pelos gregos nos séculos IV e V a. C., até seus últimos desdobramentos nos dias atuais.

O fenômeno linguístico é tema de reflexão que remonta aos gregos. Sócrates, Platão e Aristóteles, cada qual a seu modo, refletiram sobre o tema. No início da Idade Média foi a vez de Santo Agostinho, e assim, na Idade Moderna, com Condillac e Leibniz, para, precisamente no início do século XX, com Ferdinand Saussure, os estudos linguísticos ganharem o status de ciência.

Os gregos, ao estudarem a língua, tinham como meta, sobretudo, estabelecer as relações entre o conceito e a palavra que o designa, ou seja, tentavam responder à pergunta: haverá uma relação necessária entre a palavra e o seu significado? O filósofo Platão foi o primeiro a criar uma classe de palavras, nomes e verbos e mais tarde coube a Aristóteles a desenvolver uma análise profunda da estrutura linguística, distinguindo em seu estudo as partes do discurso e a enumerar as categorias gramaticais.

De acordo com Paula (2008) a normatização do grego esteve diretamente ligada às conquistas do imperador Alexandre (356-323 a. C.), com a oficialização do grego como idioma do grande império romano e a criação da biblioteca de Alexandria, com o objetivo de preservar e divulgar a cultura Greco-Romana. Para Bizzochi (2000), os sábios de Alexandria formularam a hipótese, hoje chamada de concepção clássica ou imperial, de que as línguas, são como os impérios, apresentam três fases: a) a de formação, em que a língua, pobre e rude, é falada por pastores e camponeses e surgem os primeiros autores; b) a de apogeu, quando surgem os grandes autores, por isso chamados de clássicos; c) a de decadência, em que a

língua começa a degenerar e diminuir a qualidade da produção literária. “Em suma, toda língua de cultura passaria por três estágios: arcaico, clássico e tardio” (BIZZOCCHI, 2000:40).

Esse caminho que a língua percorre é muito bem descrito nas palavras de Pessoa (2009:12):

Estudar uma língua significa compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa transformação histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização de uma língua dependerá de condições sociológicas, pois, como defendemos, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças da língua. Estudar uma língua é também estudar seu passado, sua história, suas fases anteriores.

Citando novamente Paula (2008), na Idade Média, só o grego e o latim, eram consideradas línguas da civilização, eram usados em textos cultos: obras jurídicas, de filosofia, de ciências etc. Restavam às línguas vulgares; português, francês, inglês entre outras, a poesia, a prosa literária e o teatro. Não é, portanto, de se admirar que o latim, dado às condições religiosas do momento, é, na Idade Média, considerada língua universal, por ser esta a língua usada pelo representante de Deus: a Igreja Católica. Os aspectos teológicos irão desencadear o desenvolvimento de importantes reflexões sobre a linguagem, especialmente, na questão se era ou não lícito adorar imagens. Para Bizzochi (2000), São Tomás, ao propor que adorar imagens de Deus e dos Santos enquanto objetos em si, é um pecado, mas se estas são vistas como representações (signos) da divindade, então não é pecado, - pois a adoração é dirigida não à imagem, mas à divindade representada -, estabeleceu, de certa forma, a concepção metonímica de signo: “o signo é a parte menor, material e visível, de uma realidade maior, imaterial invisível”

Para Lyons (1981), os filósofos escolásticos, assim como os estóicos, viam a linguagem como um instrumento para analisar a realidade. Era, então, a questão do significado, a mais estudada. Devido a essa grande importância dada ao significado, surgiram, segundo Lyons (1981), várias obras com o título *modistae* (modista). Esses gramáticos tentaram relacionar as categorias gramaticais às categorias da lógica, da epistemologia ou da metafísica; ou tentaram fazer com que essas categorias derivassem dos mesmos princípios gerais. “Os modistas consideraram que a estrutura gramatical das línguas é uma e universal, e que, em consequência, as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam” (PETTER, 2005:12).

Foi somente em 1660, que Antoine Arnauld e Claude Lancelot, membros da abadia de Port-Royal, em Paria, publicam a *Grammaire Générale et Raisonnée* (Gramática Geral e

Racional) que destacava a estrutura racional da linguagem, vista como essencialmente lógica e universal. A publicação dessa gramática, que ficou conhecida como a *Gramática de Port-Royal*, foi uma resposta às insatisfações com a gramática formal do Renascimento, representando uma ruptura com o modelo latino tão em voga. Para Renauro (2203), inicia-se a busca do rigor científico, na ruptura com o método das gramáticas anteriores. O grande desafio da Gramática de Port-Royal estava em explicar os fatos, demonstrando que a linguagem, como imagem do pensamento, se fundamenta na razão. Admitindo como princípio que a língua é a expressão do pensamento e que o pensamento é governado pelas mesmas Leis em todos os seres humanos, postulava-se a elaboração de uma gramática geral, comum a todas as línguas. “A Gramática de Port-Royal serviu de modelo para grande número de gramáticas do século XVII” (PETTER, 25:12).

Com a descoberta do sânscrito, por Sir William Jones no século XVIII, que impulsionou os estudos a respeito da linguagem no sentido de comparar as línguas e classificá-las de acordo com suas semelhanças, e defendia que as semelhanças entre as línguas hindu, o grego e o latim não poderiam ser atribuídas ao acaso, mas deveriam ser entendidas, segundo (PAULA, 2008) como resultado de uma origem comum da mesma forma, o estudo da etimologia ganhou visão histórica diferente daquela da Antiguidade, em que buscava o sentido verdadeiro e original das palavras. Essa nova abordagem de estudos sobre a linguagem teve, na visão de Faraco (2004), uma importância singular para a configuração da Linguística como ciência na modernidade:

A linguística se constituiu como ciência no sentido que a modernidade deu ao termo, a partir dos últimos anos do século XVIII, quando William Jones (1746-1794), o juiz inglês..., entrou em contato com o sânscrito. Impressionado com as semelhanças entre essa língua, o grego e o latim, levantou a hipótese de que semelhanças de tal magnitude não poderiam ser atribuídas ao acaso; era forçoso reconhecer que essas três línguas tinham uma origem comum. “ Há, na sequência, uma verdadeira febre de estudos sânscritos”...Fundou-se em Paris, em 1795, a Escola de Estudos Orientais... Onde estudaram os intelectuais alemães – Friedrich Schlegel (1772-1829) e, em particular, Franz Bopp (1791-1867) – que desenvolveram, em seguida, a chamada gramática comparativa (FARACO, 2004:29).

O termo linguística é motivo de controvérsias desde seus primórdios no início do século XX, com a publicação póstuma dos resultados das pesquisas de Ferdinand de Saussure (1857-1913) condensados no livro *Curso de Linguística Geral*, onde defende-se que “os estudos linguísticos tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”. Essa visão estruturalista da linguagem desconsidera o que existe de social na língua, deve ser estudada sem levar em consideração o contexto onde ela acontece. Segundo Paula (2008:21):

Com os trabalhos de Saussure, com os quais concordamos, a Lingüística passa a ter autonomia, deixando de submeter-se às exigências epistemológicas de outras áreas de estudos, sendo considerada como estudo científico, com um objeto próprio de investigação: a língua, considerada em si mesma, e por si mesma: produto social depositado no cérebro de cada um.

Contrariamente a essa corrente de pensamento inaugurada por Saussure, Meillet, que fora aluno seu, filia-se à orientação diacrônica dos estudos lingüísticos, para ele, a história das línguas é inseparável da história da cultura e da sociedade: “ora, a linguagem é eminentemente, um fato social. Tem-se, freqüentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular”. Esta citação é um trecho de sua aula inaugural no *Colège de France* em 1906. Calvet (2001). Essas duas formas diferentes de se entender o que seja linguagem vai perdurar e definir os estudos lingüísticos no decorrer do século e acirrar-se no início do século XXI, com novas descobertas no campo da linguagem e nas metodologias de pesquisa. Calvet (2002) afirma que:

Nos anos sessenta esse divisor de águas na pesquisa lingüística se aprofunda com as pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos por William Labov, e num Congresso em 1964, organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), do qual participam vários estudiosos, fixou-se o termo sociolingüística, relativo a uma área da Lingüística.

De acordo com os estudos de Pessoa (2003), William Bright escreveu o texto introdutório – “As dimensões da Sociolingüística”, em que define e caracteriza a nova área de estudo. A proposta de Bright é que a Sociolingüística deve “demonstrar a covariação sistemática das variações lingüísticas e social, ou seja, relacionar as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade”.

De maneira simples, podemos dizer que o objeto da Sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Considera-se a comunidade lingüística, que, segundo Alkmim (2001: 13) pode ser definida assim:

Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Calvet (2002:57), em seu livro *Sociolingüística: uma introdução crítica*: aprofunda esses questionamentos e afirma que:

Não faz mais sentido falar a lingüística, pois se a língua é um fato social, e só se realiza na comunidade lingüística, o correto é dizer que há uma sociolingüística, pois

estuda a comunidade social em seu aspecto lingüístico. Pois linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável.

Essa afirmação nos diz que a língua não existe fora da comunidade de falantes, como se fosse uma “entidade superior”, ela existe justamente porque todos os aspectos socioculturais do grupo são elementos interdependentes e constituintes da identidade do grupo de falantes.

#### **2.4.1 Considerações da Sociolinguística no Brasil**

Mattoso Câmara Jr. (1970+), o precursor dos estudos linguísticos no Brasil, foi na Universidade Federal do Distrito Federal (1938-1939) que ele ministrou o primeiro Curso de Linguística do Brasil, (VANDRESSEN, 2001:02). Desses estudos, surgiu, em 1942, o primeiro manual de lingüística do Brasil: *Princípios de Lingüística Geral*. De acordo com Uchoa (2004), o discurso de Câmara Jr. Sobre linguagem contrastava-se, nitidamente, com o discurso filológico vigente na época, que privilegiava os estudos diacrônicos e os estudos que tinham como objetivo documentar e analisar a língua literária portuguesa, compreendido entre os séculos XVI e XX. Além disso, Câmara Jr. distinguia-se dos seus contemporâneos por divulgar no Brasil, um novo referencial teórico: o estruturalismo.

Conforme as pesquisas de (PAULA, 2008) passados os primeiros momentos da novidade e do impacto, a Linguística foi consolidando-se em centros especializados dos quais fazemos referência ao IEL – Instituto de Estudos Linguísticos da Unicamp. Uma das razões para esse destaque está no fato do Instituto abrigar nomes recorrentes em citações bibliográficas tais como: Carlos Vogt, Carlos Franchi, Haqira Osakabe, Rodolfo Ilari, Aryon Rodrigues, Antonio Quicoli, Bryan Head, Fernando Tarallo, Tânia Maria Alkimin, Marco Antonio de Oliveira, Marcelo Dascal, Edson Françoso, João Wanderley Geraldi, Sírio Possenti, entre outros. Outra razão é que o IEL, ao mesmo tempo em que introduzia os estudos da Linguística contemporânea em diversas universidades brasileiras, consolidava-se em áreas específicas de pesquisas aplicadas, entre elas a Sociolinguística:

Com relação aos aspectos da expansão da Sociolinguística, no Brasil, acreditamos ser pertinente fazer menção às duas obras que serviram de bases iniciais para as pesquisas sobre a linguagem em seu contexto social: A antologia de artigos clássicos denominada *Sociolinguística* organizada por FONSECA, M. S. e Neves, M. F. (1974) e *A Pesquisa Sociolinguística* de TARALLO (1985). O primeiro trouxe textos de grande impacto teórico que acreditamos ter contribuído para fundamentar as primeiras pesquisas Sociolinguísticas no País. O segundo desencadeou, ao longo dos anos 1980, de acordo com MATTOS & SILVA (1999), uma nova e renovada orientação de pesquisa Sociolinguística centrada, sobretudo, na sintaxe brasileira, com fundamentação teórica na Sociolinguística Laboviana (PAULA, 2008:27-8).

Ainda para Paula (2008:28), esses dados elencados anteriormente permitem afirmar que, de maneira generalizada pode-se dizer que, no Brasil, a Sociolinguística tem se desenvolvido em três frentes complementares:

a) Sociolinguística Quantitativa: que colaborou na sistematização das variedades linguísticas (rural, urbano e de manifestações regionais) documentando e descrevendo o uso do português falado no Brasil em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares, cientificamente classificada como variação diatópica ou geográfica;

b) Sociolinguística Qualitativa: responsável por desvendar os preconceitos e os estereótipos que cerceiam o comportamento social em relação à língua e as motivações ideológicas para os respectivos usos e não-usos manifestos nos discursos dos falantes;

c) Sociolinguística Educacional: que se dedica aos aspectos de ensino-aprendizagem da Língua Materna opondo-se de forma sistemática à teoria da deficiência cultural.

Desse modo, os conhecimentos da Sociolinguística que passaram a ser produzidos no Brasil no começo dos anos oitenta do século passado, passaram a influenciar as concepções de ensino de Língua no Brasil:

Através de seus estudos e pesquisas, a Sociolinguística chama a atenção, por exemplo, para a construção histórica da norma-padrão-escrita como um instrumento político e um produto cultural excludente e repressor, apontando o desprezo pela língua falada e a supervalorização da língua escrita pela escola, além, evidentemente, de tratar da variação linguística, mostrando alguns enganos e erros recorrentes no ensino. As abordagens sociolinguísticas que se relacionam com o ensino recebem, no meio acadêmico, a denominação de Sociolinguística Educacional. (PAULA, 2008:27-28).

Hoje a Sociolinguística, é bastante presente nas políticas governamentais que definem os marcos regulatórios da Educação no Brasil, sobretudo em função das promissoras pesquisas sobre o assunto, a necessidade de se respeitar as pessoas, grupos ou etnias com variações linguísticas tão diferentes umas das outras, é confirmar nas palavras de (PESSOA, 2003) que a língua não é somente um instrumento de comunicação. “Entendemos que a língua é mais que isso: é também instrumento da luta cotidiana do homem e também seu principal instrumento de interação nas relações sociais que efetua em seus espaços de ação”.

## **2.5. PERCURSO SOCIOLINGÜÍSTICO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE VILA MURTINHO**

Para falarmos sobre o percurso sociolinguístico dos ribeirinhos de Vila Murinho, é necessário uma melhor compreensão do que sejam língua e linguagem, de acordo com a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender a língua é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas aprender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (PCN-LP, 1998:20).

Ainda dentro dessa mesma linha de raciocínio, (ALKMIM, 2001:41), é bastante enfática e elucidativa sobre o papel preponderante da língua como elemento definidor de um grupo:

Toda Língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há Línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos. Seria um contra-senso imaginar seres humanos com uma “meia língua”. A falta de léxico específico para descrever, por exemplo, a astronomia na língua de um povo corresponde ao desinteresse por este assunto: a sociedade não tem necessidade de dominar esse dado do real. Caso a sociedade necessite, basta fazer empréstimos linguísticos: o contato cultural com outros povos, o conhecimento de novos conteúdos ou a descoberta de realidades até então desconhecidas são o motor da elaboração de novos conceitos e da produção de novas palavras.

Conforme as pesquisas de Bakhtin (apud PAULA, 2008:22), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, defende a idéia de que nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se, na verdade, parte da unidade da consciência verbalmente constituída. “A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” afirmava Bakhtin (1995:38). As proposições de Bakhtin dão uma dimensão social para a compreensão do signo, mostrando que no signo linguístico há um signo social e ideológico.

Dessa forma, o texto oral ou escrito, nunca está pronto, acabado, mas se constitui uma entidade em processo de construção condicionado e determinado nas relações sociais, por meio de elementos linguísticos, por fatores sociais, políticos, culturais e históricos. Bakhtin (1995) considera a língua como entidade heterogênea, variável, dinâmica, constituída histórica e socialmente na interação dos indivíduos:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 1995:95).

Bakhtin (1995) afirma desta forma, que a língua é um fenômeno inserido no âmbito social e, portanto, trata das relações sociais, ou melhor, das interações do homem com o mundo que o cerca. Ao conceituar a língua como instrumento de interação social Bakhtin (1995) não só deixa de lado o conceito de língua como um sistema neutro, mas passa a ver a

língua como lugar privilegiado de manifestações enunciativas, e, sobretudo, faz emergir a relação do sujeito com a linguagem e desta com a sociedade.

No plano geral dos estudos da relação entre linguagem e sociedade, Alkmim (2003) cita dois estudiosos: Cohen e Benveniste. Segundo Alkmim (2003), na concepção de Cohen, os fenômenos linguísticos ocorrem no contexto variável dos acontecimentos sociais; desse modo, percebe as relações entre linguagem e sociedade a partir da consideração de fatores externos. O estudo das relações entre as divisões sociais e as variedades da linguagem, de acordo com Alkmim (2003), permite abordar temas como, por exemplo, as variedades regionais, de classes sociais e a linguagem de grupos segregados. Já para Benveniste (ALKMIM, 2003: 26), a questão da relação entre língua e sociedade se resolve pela consideração da língua como instrumento da sociedade.

Conforme a definição de Bueno (1986:850) utilizada por Pessoa (2003) em sua pesquisa sobre o percurso linguístico do grupo indígena Suruí Paíter, falantes da Língua Suruí, residente em Riozinho, Município de Cacoal, Rondônia, Um percurso é um “itinerário”, é uma “ação de percorrer”, é “um espaço percorrido”, é um “trajeto”, um “movimento”.

Para Ferreira (apud PESSOA, 2008), um percurso também é “o ato ou efeito de percorrer”, “espaço percorrido; trajeto”; “Movimento, deslocação”; “Itinerário, roteiro”. São definições de dicionários escolares de língua portuguesa. (PESSOA, 2008), na ânsia de entender o que seria um “percurso linguístico” recorre ao Aurélio para verificar qual expressão, ou palavra(s) melhor descreve o que é *percorrer*, essa ação que conduz ao *percurso*. E encontra esse conjunto de registros: “Percorrer. v.t.d. 1. Correr ou andar por, visitar em grande extensão ou em vários sentidos. 2. Passar por, ou ao longo de. 3. Esquadrinhar, investigar; explorar.”

A identidade sociolinguística dos ribeirinhos de Vila Murtinho está intimamente vinculada às políticas de migrações para a Amazônia no início e meados do século XX. Na definição de Hall (1992:13), identidade é algo que “permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”, e do encontro desses migrantes em sua maioria vindos da Região Nordeste do País, com as várias tribos indígenas que aqui habitavam, somou-se a esse “encontro” outro personagem que também ajudou a amalgamar essa identidade ribeirinha, o homem boliviano, com sua cultura, língua e *modus vivendi* completamente diferentes desses seringueiros que aqui aportaram. O único elo que os unia era a procura incessante pelo látex, pois todos independentes de país, estavam envolvidos na política de abastecimento de látex para a Europa e Estados Unidos.

Os traços sociolinguísticos na cultura do homem ribeirinho de Vila Murtinho é reconhecido em sua fala e no seu modo de ser, pode-se observar em sua linguagem, palavras e exclamações próprios da Região Nordeste, como “arre égua”, “rapadura”, “oxente menino”, “garapa” entre outros que se pode observar, a esses termos mesclam-se palavras do vocabulário dos vários grupos indígenas que habitavam às margens do Rio Madeira, “cipó”, “açai”, “mandioca”, “jerimum”, “amoquear”, “aguapé” etc, juntando a esses termos temos muitas palavras que os ribeirinhos usam que são originários da língua espanhola: “estoy borachio”, “hermano”, “adelante”, “mui lejo”, entre tantas que fazem parte do vocabulário dos ribeirinhos que não percebem mais que trata-se de termos e palavras originários de outra língua. Essa simbiose multicultural é um traço característico da população ribeirinha de Vila Murtinho, e como bem escreve (NENEVÉ & PANSINI, 2009), ela “estimula a harmonia racial e étnica bem como a compreensão entre culturas desestimulando a formação de guetos, a discriminação e a formação de grupos separatistas”. Para Freire (1994:156):

[...] a multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas na liberdade “conquistada”, no direito “assegurado” de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada um “para si”, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosismo de uma sobre as demais, proibidos de ser.

Segundo Pessoa (2003), a diferença linguística que nos caracteriza, enquanto falantes de Língua Portuguesa, (brasileiros, portugueses ou africanos) não deve ser, no entanto, motivo de discriminação ou de separação, mas deve ser vista como aquilo que é: fator de identidade. Nesse contexto, as diferenças refletem a cultura do falante, a sua história, o seu percurso e a sua aprendizagem lingüística ao longo da vida.

## **2.6 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: Nova Mamoré e a política de preservação ambiental**

A Constituição Brasileira de 1988 assegura que o meio ambiente deve ser preservado, que além de ser um bem público é dever do Estado e de todas as pessoas a sua preservação. Nessa mesma linha de ação, a Constituição do Estado de Rondônia também defende a preservação permanente do meio ambiente, como forma de garantir às atuais e futuras gerações o patrimônio natural como uso coletivo.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 diz

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (2010:143).

O Artigo 218 da Constituição Estadual de 1989<sup>15</sup> nos fala que:

A preservação do meio ambiente, a proteção dos recursos naturais, de forma a evitar o seu esgotamento e a manutenção do equilíbrio ecológico são de responsabilidade do Poder Público e da comunidade, para uso das gerações presentes e futuras (1989:78).

Pesquisar sobre a política de preservação ambiental no Município de Nova Mamoré é constatar que o município anda em desacordo com as políticas de preservação ambiental desenvolvida em nível Federal e Estadual. Essa constatação acaba sendo também uma contradição, pois desde sua Emancipação Político- Administrativa em 1988, quando o mundo há muito já definia as políticas ambientais através de Conferências e encontros internacionais e mesmo na Amazônia Governos e Entidades da Sociedade Civil Organizada já se articulavam em torno da temática, culminada com a realização no Estado do Rio de Janeiro em 1992 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92, o município só vai criar as primeiras leis tratando do assunto em 1997<sup>16</sup>:

1 - Lei nº 215-GP/97 de 18 de agosto de 1997 que “Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente – FUMDAM”;

2 - Lei nº 216-GP/97 de 18 de agosto de 1997 que “Cria a Fundação Instituto do Meio Ambiente de Nova Mamoré – RO”;

3 - Lei nº 217-GP/97 de 18 de agosto de 1997 que “Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA”.

Tais Leis têm o objetivo de formatar a Política ambiental do Município de Nova Mamoré, e apresentam algumas contradições, e, não produziram ao longo desse tempo nenhum efeito prático. A Lei 216-GP/97 que cria a Fundação Instituto de Meio Ambiente de Nova Mamoré – FIMA em seu art. 2º Inciso II, assegura que a fundação deve: *administrar as unidades de conservação municipal, criadas no âmbito do Município de Nova Mamoré*. Após doze anos de criação da referida fundação não foi criada nenhuma unidade de conservação na área do município, as únicas existentes não as reservas indígenas e o Parque Estadual Guajará Mirim.

Ainda referente ao art. 2º Inciso IV é dever da fundação: *elaborar e executar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento sócio-econômico e assegurar uma melhor qualidade de vida para a população do Município*. Em pesquisas realizadas nos arquivos da Prefeitura de Nova Mamoré, bem como na Câmara de Vereadores não há um

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao\\_rondonia.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rondonia.pdf)  
Acesso em: 24 mai. 2010.

<sup>16</sup> Fonte: Arquivo de Leis da Coordenadoria Municipal de Planejamento, 2009.

único plano, programa ou projeto que tenha sido desenvolvido ao longo desse tempo com o objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável do município. O discurso único que viceja nos poderes públicos é que com o fim do ciclo da extração da madeira no município, está se perdendo uma importante fonte de renda para a população e contraditoriamente engrossam o coro da maioria de que as fiscalizações dos órgãos ambientais do Estado do Governo Federal nas madeiras não irregulares ou muito rigorosas, esquecendo-se que na Lei nº 215-GP/97 no art. 2º Inciso VII, o município tem por obrigação através de sua fundação: *promover o acompanhamento e avaliação de projetos a serem executados no território do município, passíveis de causar impactos ambientais.*

O Poder Público apresenta um discurso ambíguo e não consegue discernir desenvolvimento sustentável de destruição ambiental. A política de manejo florestal que paulatinamente vem sendo implantada no município é uma diretriz dos Governos Estadual e Federal, e o governo municipal não se organizou ainda sobre essa nova dinâmica que vem tomando espaço entre a população da zona rural. São políticas que visam solidificar de fato na região as bases do desenvolvimento sustentável, isto é, alavancar o desenvolvimento local com sustentabilidade, a esse respeito citamos Dowbor (1995:67):

A visão de que é preciso “pensar globalmente e agir localmente” não veio do vazio. Está diretamente vinculada ao fato que, no nível local os problemas ambientais deixam de ser difusos e se tornam pontuais e pessoais. A situação planetária serve de alerta, mas para tomar medidas concretas cabe agir no plano local. Uma comunidade litorânea que contamina a água está gerando doenças, matando o turismo, liquidando a pesca, dificultando a sua própria vida. E as medidas concretas necessárias para remediar a situação são diferentes em cada localidade, exigindo participação direta das pessoas que conhecem a sua própria realidade. A destruição ou desperdício dos recursos disponíveis em cada região afeta diretamente a produtividade sistêmica do território. O Brasil tem um bom arcabouço jurídico para a área ambiental, mas a lei é apenas uma alavanca que requer força política para manejá-la. Portanto, a gestão organizada dos bens públicos e das reservas naturais, a geração de uma cultura de respeito aos interesses da comunidade por parte dos atores públicos e privados, a busca de soluções concretas e diferenciadas em cada localidade são caminhos que passam pela gestão local do capital natural que uma região dispõe.

Desta forma, Manejo Florestal é classicamente definido pela Sociedade Americana de Engenheiros Florestais SAF (1958), “como aplicação de métodos empresariais e princípios técnicos na operação de uma propriedade florestal. A silvicultura, parte integrada do manejo, é a parte da ciência florestal que trata do estabelecimento, condução e colheita de árvores”.

No Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994 que regulamentou a exploração das florestas da Bacia Amazônica, o termo manejo florestal sustentável é definido como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema. Em resumo, o Manejo Florestal é um conjunto

de técnicas empregadas para colher cuidadosamente parte das árvores grandes de tal maneira que as menores, a serem colhidas futuramente, sejam protegidas. Com a adoção do manejo a produção de madeira pode ser contínua ao longo dos anos.

É necessário salientar que o manejo florestal, além de ser uma técnica, é também uma estratégia política, administrativa, gerencial e comercial, que utiliza princípios e técnicas florestais no processo de intervenção do ecossistema, visando a disponibilização de seus produtos e benefícios para usos múltiplos, de forma a garantir os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Outra constatação da não aplicabilidade das Leis criadas em 1997 com o intuito de legislar sobre a política ambiental do município, verifica-se na de nº 217-GP/97, em seu art. 12º:

Deverão constar, obrigatoriamente nos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino da prefeitura municipal, noções e conhecimentos referentes à Educação Ambiental, ao patrimônio ambiental (natural e cultural), e respectivas práticas de conservação e recuperação do Meio Ambiente.

Em pesquisa realizada no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, especificamente, nas propostas curriculares das escolas municipais, observou-se que a temática não aparece de forma sistematizada nos conteúdos aplicados, raramente é mencionada na Disciplina de Biologia.

Após a criação das Leis, acima mencionadas, o município só vai interessar-se pela questão ambiental no ano de dois mil e cinco quando através da Lei Complementar nº 09-GP/2005 vincula a temática à Secretaria Municipal de Agricultura e em dois mil através da Lei Complementar 010-GP/2006, que altera e dá nova redação à Lei Complementar nº 09-GP/2005, desvincula-se a questão ambiental da Secretaria Municipal de Agricultura e a vincula à Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Esta coordenadoria funciona em um prédio próprio construído com recursos do Ministério da Defesa – Programa Calha Norte e destinado à abrigar todos os órgãos do município que tratam da questão ambiental, inclusive abriga uma sub-secretaria da SEDAM que funciona em consonância com a coordenadoria.

A Coordenadoria de Meio Ambiente e Turismo, no que se refere à questão ambiental, está dividida em três setores: a primeira trata-se da Divisão de Controle e Fiscalização Ambiental com o objetivo de: *coordenar e executar as ações e assessorar o Coordenador nas atividades correlatas às suas atribuições, ou por ele delegadas*. A Seção de Controle de Licença Ambiental tem como meta: *executar ações e assessorar o Diretor da Divisão de Controle e Fiscalização Ambiental nas atividades correlatas às suas atribuições,*

*ou por ele delegadas e a Seção de Fiscalização Ambiental que visa: executar as ações e assessorar o Diretor da Divisão de Controle e Fiscalização Ambiental nas atividades correlatas às suas atribuições, ou por ele delegadas.*

Mesmo com todo esse pequeno aparato legal e com uma estrutura física adequada, a política ambiental no município de Nova Mamoré mostra pouca aplicabilidade; este fato é constatado quando perguntou-se ao Coordenador sobre o código de postura do município; informou que após vinte e um anos de Emancipação Político-Administrativa o município não apresenta tão importante documento na organização política da cidade, e, no que diz respeito ao meio ambiente, vai delimitar o uso racional dos recursos naturais.

## CAPÍTULO III

### A PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COLETA DE DADOS

#### 3.1 ETAPAS DA PESQUISA

Esta investigação foi desenvolvida com fundamentação em princípios da pesquisa qualitativa e foi realizada em duas etapas; utilizamos uma abordagem, em que não se preocupou em quantificar dados, visto que, desde a elaboração do Projeto de pesquisa, optou-se por trabalhar com discursos dos atores sociais (comunidade ribeirinha de Vila Murtinho).

Para fundamentar esta pesquisa, recorreu-se a (PESSOA, 2003: 47) (apud LABOV (1972) “Sociolinguistic Patterns e (1984) “Field Methods of Project on Linguistic Change and Variation”, ao estabelecer os princípios da pesquisa sociolingüística e a coleta de dados no trabalho de campo:

1 – Entrar em contato com indivíduos e pequenos grupos de uma comunidade de fala que se propôs a ajudar a estabelecer contatos com outros membros da vizinhança.

2 – Entrar na comunidade através de pessoas que pertencem a instituições sociais como, por exemplo, igrejas e escolas.

Para um melhor entendimento sobre a metodologia utilizada, é importante falar citar (CHIZZOTTI, 2006) sobre o que seja a Pesquisa Qualitativa: é marcada, fundamentalmente, pela compreensão das razões e dos sentidos que os sujeitos dão às suas práticas; institui a análise dos fenômenos no seu contexto social, antropológico e histórico. Além disso, existe uma relação direta entre o sujeito e o objeto de investigação, ou seja, o pesquisador é entendido como parte integrante do processo de conhecimento; dedica-se à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações no meio ecológico em que constroem suas vidas, à compreensão do sentido dos seus atos e das decisões dos atores sociais.

Discorrendo sobre os aspectos da pesquisa qualitativa, Chizzotti (2006:23) considera que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e objeto. Um vínculo indissociável entre mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

O princípio qualitativo da pesquisa se opõem aos métodos da pesquisa experimental e empirista, ambos marcados pela generalização, experimentação, repetição, causalidade e previsibilidade que marcaram e pontuaram especialmente as ciências naturais.

A oposição aos princípios quantitativos das pesquisas experimentais afeta diretamente o processo de coleta de dados. De acordo com o mesmo autor, na pesquisa qualitativa:

Os dados são colhidos interativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos. Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa. No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e avaliados. Os aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas (CHIZZOTTI, 2006: 89).

O método qualitativo de pesquisa, apresenta um processo de interação entre pesquisador e os atores que estão envolvidos diretamente com o fenômeno estudado. Ressalta-se também o comprometimento do pesquisador com os interlocutores e com a produção de conhecimento e análise que possam ser socializados e que tenham força para produzir mudanças na realidade problematizada.

Como procedimentos da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos próprios da enquete sociolinguística, com o objetivo de verificar as situações sociolinguísticas da comunidade ribeirinha de Vila Murtinho.

- Observação participante;
- Questionários fechados;
- Entrevistas semi-estruturadas gravadas e não gravadas;
- Diário de Campo;
- Fichas e cadernos de anotações.

Esta pesquisa foi realizada com a colaboração de vinte e cinco entrevistados, que cooperaram com o desenvolvimento do aspecto qualitativo desta pesquisa, por meio de seus depoimentos, representações, informações e percepções acerca do meu objeto e do problema de pesquisa.

Trabalhou-se com análise documental, verificando leis, decretos, documentos vários nos arquivos da Prefeitura e suas respectivas Secretarias e Coordenadorias, bem como nos arquivos da Câmara de Vereadores.

Entendeu-se que, para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, a escolha destes diversos instrumentos foi necessária e deu conta de captar as contradições, sentimentos, compreensões e representações que os sujeitos de pesquisa trazem a respeito de sua, vida, cultura e língua(gem).

### 3.1.1 Primeira Etapa

Durante essa etapa, do mês de janeiro ao mês de março de 2009, realizou-se várias visitas à comunidade de ribeirinhos de Vila Murtinho, participou-se de algumas atividades do cotidiano, como pescaria de tarrafas nas pedras das cachoeiras no início da noite, que segundo o conhecimento local é o melhor horário para pegar “jatuarana e quebra-galho”, peixes típicos da região. Nessas oportunidades visitou-se alguns ribeirinhos bolivianos que residem na margem boliviana do Rio Madeira, onde constatou-se trocas de experiências, quando um ribeirinho boliviano, nos convidou para caçar a noite, pois havia encontrado uma árvore chamada de “gameleira”, que estava caindo frutos maduros, e que a paca, o tatu e veado gostavam de comer, e de produtos como farinha de mandioca e peixe seco entre eles, não constatou-se o preconceito tão em voga contra os bolivianos verificável na cidade, como bem coloca (PESSOA, 2008:5): *Vivemos em uma região, onde o boliviano é rotulado, como um indivíduo que possui uma cultura inferior a dos povos brasileiros, e atribuir a alguém o estigma “boliviano” é símbolo de ofensa e chacota.* Esse preconceito contra o boliviano é muito mais comum na cidade de Nova Mamoré, sobretudo porque se observa que os mesmos procuram conviver em pequenos grupos e conservar seus traços identitários, como comida típicas, vestimentas, etc. Esses traços culturais que os caracterizam enquanto grupos, são vistos pelos brasileiros como inferiores.

Noutras oportunidades, alguns informantes ficaram receosos principalmente, os mais idosos em função da pesquisa querer conhecer o seu *modus vivendi*, e nesse aspecto reporta-se novamente à (PESSOA, 2003:49) que fala desse aspecto: *a entrada em uma comunidade diferente da nossa é sempre vista como uma invasão à privacidade do grupo: trata-se de um estranho – o pesquisador – que tem um interesse explícito de explorar a intimidade do grupo.*

Esse receio em estabelecer um diálogo com o pesquisador é característico principalmente das comunidades que vivem mais afastadas do convívio urbano, os ribeirinhos, os indígenas, os povos e comunidades tradicionais são ciosos de suas peculiaridades, o pesquisador deve se aproximar dessas comunidades de forma respeitosa e sem fazer nenhum juízo de valor.

Nestes momentos captou-se as impressões ao observá-los em seu dia a dia e, à medida que avançou-se nessas visitas falou-se do papel do pesquisador, da universidade, e, do interesse em escrever sobre suas vidas, culturas e linguagem e sobre as principais mudanças que marcaram o ambiente natural onde estão inseridos.

### **3.1.2 Segunda Etapa**

Neste momento da pesquisa propriamente dita, do mês de abril ao mês de Agosto de 2009, passou-se a coletar dados e informações que eram registrados no diário de campo, dando a máxima importância ao comportamento linguístico e atitudinal do grupo, eixo norteador dessa pesquisa.

Inicialmente, como forma de conhecer o histórico de cada entrevistado, bem como seu percurso sociolinguístico, aplicou-se o questionário sócio-econômico-histórico, onde constam dados que vão desde origens, aspectos educacionais e de saúde, sexo, faixa etária, estrutura familiar, ocupação, produção, recursos disponíveis, infra-estrutura, renda familiar, forma de trabalho e participação comunitária., este questionário permite-me ter uma visão macro da história e ambiente dos ribeirinhos, bem como quais são seus projetos, sonhos e expectativas com relação ao lugar onde vivem. Feita esta parte, passamos à aplicação do questionário propriamente dito, isto é, ao roteiro das entrevistas, com objetivo de identificar os usos linguísticos da comunidade no entendimento do que é meio ambiente e sua importância para a manutenção do grupo. Tínhamos como meta atingir os seguintes objetivos:

01 – Saber em que época os informantes haviam chegado à comunidade de Vila Murinho, qual o motivo que os fizeram migrar e de qual Estado Brasileiro migraram;

02 – Na época em que chegaram à comunidade de Vila Murinho como era sua constituição histórica e ambiental;

03 – Quais são as principais percepções que os informantes têm sobre a comunidade de Vila Murinho, após esses longos anos;

04 – Quais foram as transformações mais evidentes que os informantes percebem que ocorreram no Meio Ambiente, em Vila Murinho;

05 – Dentro do que se entende por ribeirinho, será que os informantes se vêem como um indivíduo com a identidade ribeirinha;

06 – Será que o modo de vida, de ser e de perceber o mundo é respeitado na cultura ribeirinha;

07 – Sendo esta pesquisa de caráter sociolingüístico, queremos analisar quais eram as “marcas sociolingüísticas” que determinavam o contexto ribeirinho daquela época, e quais são as que predominam no contexto atual;

08 – Sendo a comunidade de Vila Murinho, formada no bojo de inúmeros povos indígenas que habitavam a região, quais são as interferências sociolingüísticas mais presentes advindas dessa influência;

09 – Sendo a comunidade de Vila Murinho, desde tempos imemoriais influenciada pela cultura dos povos bolivianos, sobretudo sua língua, quais são as interferências sociolingüísticas mais presentes advindos dessa influência;

10 – Entender o que a comunidade de Vila Murinho pensa sobre desenvolvimento e progresso;

11 – Captar em seus nuances lingüísticos se para eles à época de sua chegada era mais desenvolvido do que hoje;

12 – Procurar, dentro do que se defende hoje como meta de desenvolvimento, a valorização das potencialidades locais, captar o que a comunidade de Vila Murinho entende por Desenvolvimento Sustentável e se suas práticas correspondem a essa necessidade;

Este roteiro foi elaborado de modo que ficasse claro para os entrevistados que se conhecia a realidade dos ribeirinhos da Comunidade de Vila Murinho. Nesse sentido procurou-se realizar as entrevistas de modo a respeitar o contexto e o ritmo dos informantes: muitas vezes nas visitas com o fim propriamente de entrevistá-los não foi possível, pois estavam envolvidos com seus afazeres domésticos, como pesca, caça ou idas na cidade para comprar “mantimentos” como eles designam ir às compras na cidade.

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS CATALOGADOS

O levantamento sócio-econômico foi efetuado com as vinte e cinco famílias que residem na área ribeirinha de Vila Murinho, correspondendo a um total de cento e vinte dois habitantes entre crianças, jovens e adultos. Os dados auferidos na pesquisa sócio-econômica são apresentados a seguir:

**Tabela 01 – Faixa Etária**

Acima de 35 anos	50%
Entre 20 a 30 anos	32%
Entre 01 a 15 anos	28%

A faixa etária predominante da população, pode-se observar que está acima de 35 anos, apresentando nessa faixa etária um percentual de 50% da população, seguindo-se da faixa etária situada entre 20 a 30 anos, corresponde a 32% da população, e na faixa etária que corresponde de entre 01 e 19 anos de idade, corresponde a 28% dos habitantes

**Tabela 02 – Sexo**

Masculino	56%
Feminino	44%

Pode-se observar que 56% dos informantes são do sexo masculino, e que 44% são do sexo feminino, fato justificado pelos moradores com a saída das mulheres, ainda adolescentes, para a área urbana de Nova Mamoré, ou mesmo do Município vizinho, Guajará-Mirim, em busca de mais estudo e terminam se estabelecendo na cidade, em função de sub-empregos, principalmente de domésticas ou casamentos.

**Tabela 03 – Escolaridade**

Alfabetizados	65%
Analfabetos	35%

Sobre o nível de escolaridade da população, pode-se observar que a comunidade apresenta um número de 65% de pessoas alfabetizadas e 35% de analfabetos, sendo que não encontramos nenhum informante com o Ensino Médio completo. Observamos que a única Escola na localidade está fechada a mais de quatro anos, e as crianças e adolescentes precisam se deslocar até a cidade para freqüentar a escola, o transporte é feito em um veículo com carroceria, sem as mínimas condições de segurança e o frete é pago pelos pais. Segundo informações da comunidade, a Secretaria Municipal de Educação não disponibiliza um ônibus escolar, porque a quantia de alunos é pequena diante do gasto que esse veículo acarretaria para os cofres públicos, embora a Constituição Federal do Brasil garanta transporte público e gratuito para os alunos do Ensino Fundamental em qualquer situação ou localidade.

**Quadro 01 – Ocupação**

Agricultor/pescador/caçador	Todos se ocupam dessas atividades, principalmente se dedicam com mais afinco ao cultivo da agricultura e à pesca.
-----------------------------	---

Todos os moradores se declaram agricultores de pequenos roçados nas várzeas e pescadores inclusive registrados na Colônia de Pescadores do município. Essas atividades são praticadas com frequência nos afluentes do rio Madeira do lado boliviano e nas matas, haja vista, serem pouco povoadas, apresentam boas condições para tais atividades.

Verificou-se que as famílias ocupam-se da produção de frutas e legumes em pequenos pomares, hortas e roçados e principalmente nas várzeas, tendo o extrativismo outra atividade produtiva como a coleta do Açaí, frutos silvestres, essências e da Castanha do Pará, que também são realizadas com frequência no lado boliviano, são atividades que se poderia dizer de subsistência.

Os recursos disponíveis para a produção têm-se a terra, equipamentos e ferramentas de pesca, caça e coleta e plantio. Nesse contexto a canoa exerce um papel preponderante permitindo o deslocamento pelos rios e igarapés, principalmente na travessia para o lado boliviano.

**Tabela 04 – Infra-Estrutura**

Água Encanada	0%
Escola	0%
Posto de Saúde	0%
Energia Elétrica	70%

A infra-estrutura oferecida pelos órgãos oficiais à comunidade são praticamente inexistentes, resultando num quadro preocupante, onde não há água potável e um dos igarapés que era utilizados para os serviços domésticos, está contaminado com esgoto oriundo do hospital da cidade. Como já mencionado ao longo desse estudo, não há escolas funcionando e nem o posto de saúde, qualquer problema de saúde por menor que seja como curativo, distribuição de medicamentos ou medir a pressão é preciso se deslocar à Unidade de Saúde na cidade. O único agente de saúde atende á comunidade uma vez por mês e no caso das crianças a Pastoral da Criança realiza atendimento também uma vez no mês. O único serviço público existente cobre somente 70% das residências, é a energia elétrica.

**Tabela 05 – Renda Familiar**

Até um salário mínimo	70%
Mais de um salário mínimo	30%

A renda familiar apresenta um nível muito baixo, concentrando-se na faixa de até um salário mínimo, 70% da população na sua maioria aposentados; o que ganham mais de um salário mínimo são somente 30% dos habitantes, geralmente são filhos de ribeirinhos que trabalham nos garimpos dos Rios Madeira e Beni na Bolívia. A renda familiar é obtida através da venda de produtos retirados da floresta, como a Castanha-do-pará, Açaí, bem como da venda de pescados e de produtos advindos da colheita nas várzeas, principalmente feijão, mandioca e frutos como o pucu-açu, graviola, acerola e pupunha.

Com a relação à forma de trabalho, verificou-se que somente uma pequena minoria trabalha individualmente, 20% da população; tendo maior expressividade o trabalho conjunto com a família, bem como com os vizinhos que quase sempre dependendo da atividade da época do ano utilizam o regime de mutirão, 80% da população realizam trabalhos e atividades coletivos. Permanece na comunidade ribeirinha de Vila Murtinho, como uma herança dos povos indígenas, a prática do “escambo”, pois é comum a troca de produtos e pescados entre os ribeirinhos.

**Tabela 06 – Participação Comunitária**

Participação nas Igrejas	80%
Participação na Colônia de Pescadores	30%
Mutirão	80%

Na comunidade Ribeirinha de Vila Murtinho só existem duas igrejas, sendo uma católica e a outra da Assembléia de Deus, 80% da população participa das celebrações nessas igrejas, geralmente os cultos religiosos ocorrem nos fins de semana, 30% dos pescadores são filiados na Colônia de Pescadores do município, fora essas formas de participação comunitária, só há as que dizem respeito à pescaria, caça, coleta e mutirão, o que corresponde a 80% da população.

Estes dados apresentam a base de análise preliminar da pesquisa, de posse dessas informações é que possibilitou-se partir para a segunda etapa da pesquisa, e, aplicar o questionário propriamente dito da pesquisa sociolingüística.

Ao pesquisar o contexto ribeirinho, entende-se que o ambiente proposto pela pesquisa possui características e peculiaridades próprias. Ao trabalhar com as populações residentes às margens do Rio Madeira na Comunidade e Vila Murтинho, atribuí-se o conceito de população tradicional para os ribeirinhos levando em consideração o seu modo de vida ligado ao rio, às várzeas e às matas. Esses elementos deixam de ser apenas constituintes da paisagem e adquirem valores e significados diferenciados dentro do viver das comunidades ribeirinhas.

O foco de nossas pesquisas está voltado para o estudo das relações dos ribeirinhos da comunidade de Vila Murтинho, no Município de Nova Mamoré, entre Língua(em) e Meio Ambiente e com base nos dados coletados apresentamos os resultados a seguir:

**Tabela 07 – Estados de Origem dos Ribeirinhos da Comunidade de Vila Murтинho**

Ceará	60%
Rio Grande do Norte	15%
Paraíba	10%
Rondônia	10%
Mato Grosso	05%

As respostas com relação à pergunta sobre em que ano chegaram à região de Vila Murтинho, qual a origem do Estado Brasileiro e os motivos da migração, constatou-se o que já tinha sido descoberto na pesquisa bibliográfica, pois a maioria dos ribeirinhos veio durante o segundo ciclo da borracha e alguns bem depois do fim do ciclo, mas mesmo assim vieram na expectativa de trabalharem nos seringais, eram originários dos Estados do Ceará, 60% dos entrevistados; do Rio Grande do Norte são 15%; e da Paraíba são 10%. A propaganda oficial do governo federal nesses estados ainda ecoariam por vários anos, mesmo com o fim da segunda guerra mundial e o desinteresse do mercado internacional pelo látex amazônico, nesse aspecto Silva (2000: 58) nos fala:

[...] com a implantação da “batalha da borracha”, a participação do Governo Federal foi ativa, e o próprio presidente Getúlio Vargas desencadeou vasta propaganda no sentido de sensibilizar a população brasileira para que se engajassem nesta “batalha” em “defesa da pátria ameaçada”.

De acordo com Silva (2000:59), essa intensa mobilização em prol da “batalha da borracha” descrevia a região amazônica como o paraíso terrestre:

[...] além dos sentimentos patrióticos, outros subterfúgios foram usados. A propaganda enganosa apresentava a Amazônia como o paraíso e eldorado, oferecendo grandes possibilidades de enriquecimento para aqueles que entrassem no “exército. (2000: 59).

Vila Murtinho era um imenso seringal como muito bem relata um informante:

[...] toda essa região era conhecida como o “seringal dos climacos” que tinha o dono o senhor Sebastião João Clímaco Filho. Do núcleo de Vila Murtinho a 10 horas de viagem em lombo de burro era o seringal do senhor Sebastião. As “colocações” era medidas por hora, e de hora em hora tinha uma colocação. A colocação onde hoje é a cidade de Nova Mamoré chamava-se dois de ouro e as outras colocações que estavam dentro das terras que hoje formam o município eram três de prata, Cruzos, Mosqueiro, Cumissara – Carajá, Mucurará, Ferro Frio e Santa Rosa sendo esta a ponta do Varadouro (M. A. 2009).

Outra constatação bastante interessante foi a presença de ribeirinhos que nasceram em Vila Murtinho ou originários de áreas ribeirinhas do Estado de Rondônia, no caso das áreas ribeirinhas do baixo madeira, regiões próximas de Porto Velho, como a Vila de São Carlos e a Comunidade de Nazaré, corresponde a 10% dos entrevistados; Há também ribeirinhos oriundos das regiões de quilombolas de Vila Bela de Santíssima Trindade no Estado de Mato Grosso, corresponde a 05% dos entrevistados, que vieram com os pais bem no início do segundo ciclo da borracha, outro dado relevante da pesquisa é a descoberta de ribeirinhos que residiram muitos anos nas áreas ribeirinhas da margem do Rio Madeira na Bolívia, que inclusive dominam bem o espanhol.

**Quadro 02 – Como era a paisagem natural e os aspectos culturais mais marcantes da época da chegada em Vila Murtinho.**

Paisagem natural	Havia uma paisagem natural intocada pela ação do homem: muitas matas, caça, peixe, castanha do Pará, açaí, palmito.
Aspecto Cultural	Intensa atividade cultural: festejos, festas religiosas, um intenso intercâmbio cultural com os ribeirinhos da Bolívia, com torneios de futebol, e em datas comemorativas civis e religiosas.

Quando perguntados sobre como era a paisagem natural e os aspectos culturais marcantes da época da chegada em Vila Murtinho, todos imbuídos de uma espécie de saudosismo relatam aquela época como de uma movimentação cultural e econômica pujantes e o meio ambiente era de uma riqueza imensa, pois quase tudo que os ribeirinhos

necessitavam eram advindos do Rio Madeira, igarapés, várzeas e matas, caso muito bem demonstrado na entrevista com um dos informantes:

[...] Vila Murtinho era um povoado muito bonito, com grande movimento, foi a estação de trem que mais deu rendimento para a estrada de ferro. Tinha dois rebocadores carregando borracha, castanha, óleo e gasolina da Cachoeira Esperança (Rio Beni, Bolívia) para a Vila Murtinho todos os dias, facilitando assim o trabalho dos carregadores do trem... a borracha e a castanha eram transportadas no lombo do burro, vindas de vários seringais e enchiam de 10 a 12 vagões do trem, com destino a Porto Velho, depois Manaus ou Belém e daí para os estrangeiros”. (M. A. 2009).

Em outro relato ficou-se sabendo que quando não havia Castanha do Pará, para colher ou mesmo o corte da seringa era mais escasso principalmente no período de chuvas intensas, muitos iam para as matas colher as raízes de uma planta medicinal chamada de “poaia” ou “ipeca” (*psychotria ipecacuanha standl*)<sup>17</sup> planta com propriedades amebicida, emética e expectorante, e que tinha alto valor comercial nos mercados de Belém e Manaus. Mas que era conhecida entre os ribeirinhos por “pualha”, com a da venda dessa raiz ajudavam no complemento da renda familiar, era utilizada pela indústria farmacêutica na fabricação de expectorantes para no tratamento de bronquites, coqueluche e contra verminoses.

Constatou-se, ainda, que, Vila Murtinho era o local onde todos afluíam, mesmo de localidades distantes para adquirir suas mercadorias, tinha grandes comércios, energia elétrica, lojas com produtos variados, etc. Muitos festejos, considerando-se que no local havia um clube de dança e que funcionava todos os fins de semana. De Guajará Mirim vinham todos os domingos uma equipe formada por um padre e algumas freiras realizar as atividades religiosas e uma grande festa que durante vários dias para celebrar o dia de Santa Terezinha, padroeira da comunidade.

### **Quadro 03 – Quais são as percepções sobre Vila Murtinho na atualidade**

Vila Murtinho na visão de seus moradores está abandonada e sem desenvolvimento	Todos têm essa percepção, a auto-estima da comunidade é baixa e não vêm perspectivas de melhoras
--	--

Como forma de estabelecer um contraponto às informações da questão anterior, perguntou-se aos informantes quais são suas percepções sobre Vila Murtinho na atualidade, para todos os dos entrevistados, Vila Murtinho vive no abandono e é pouco desenvolvida. O depoimento abaixo, ilustra bem essa constatação:

<sup>17</sup> EMBRAPA, 2009.

[...] Vila Murтинho ficou ruim, porque ao nascer Nova Mamoré, aqui morreu, não se falavam mais de Vila Murтинho, que ficou uma comunidade com poucos recursos. Reforçado pelo depoimento de outro que nos relata o seguinte: hoje não há nenhum sinal de alegria, praticamente não há vida no Distrito e o desenvolvimento que tinha desapareceu. (M. R.. 2009)

Verifica-se que a linguagem utilizada reflete a desilusão e a tristeza com o lugar, “os poucos recursos”, apontados no depoimento anterior, são características da pobreza que a comunidade ribeirinha vivencia hoje, principalmente, porque com desmatamento nas áreas ribeirinhas e a ação do garimpo no Rio Madeira, a caça, pesca e a coleta de frutos e essências diminuiriam.

Os depoimentos reforçam essa desilusão, tendo em vista que em sua época áurea que começa com o segundo ciclo da borracha e vai até a desativação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em meados dos anos setenta do século passado, Vila Murтинho tinha um posto de saúde administrado por um farmacêutico e uma escola que funcionava diariamente, como relata um informante:

[...] quando nacemu o trem já existia...crecemu vendo o trem passar, nós trabaivava na roça e fazia pescaria e estudava com a professora Eleotéria na escolinha Coronel Aluísio Ferreira, fundada em 1946, na Vila Murтинho. (M. A. 2009)

Nesse depoimento, “o trem” é sinônimo de desenvolvimento, porque era através dele que as os ribeirinhos de Vila Murтинho se deslocavam até os Municípios de Guajará Mirim e Porto Velho, em busca das mercadorias que não encontravam nas “vendas” do lugar. O vocabulário dos ribeirinhos associa as palavras “trem, roça, pescaria, escola”, como um conjunto de bens essenciais à manutenção da comunidade. A auto-estima da comunidade está comprometida, frases como: “ninguém se preocupa com a gente”, os políticos só sabem que existimos em época de eleição” “ não existe mais peixe” “ as matas viraram pasto”, “acho que vou morar na cidade”, estão sempre presentes em sua fala.

#### **Quadro 04 – Quais as transformações mais evidentes que marcaram Vila Murтинho**

A ação do garimpo e o desmatamento provocados a partir do final da década de setenta do século passado.	Todos concordam que esses dois fatores marcaram as transformações que no ambiente natural e cultural de Vila Murтинho.
---	--

À pergunta sobre as transformações mais evidentes que os informantes percebem que ocorreram no Meio Ambiente em Vila Murтинho, foram incisivos em apontar dois fatores que deixara marcas profundas na comunidade, a primeira delas diz respeito aos garimpos, todos os entrevistados afirmaram que a ação garimpeira, desde o fim da década de 1970, e

alcançando seu auge em meados da década de 1980, deixou um rastro de devastação ambiental, principalmente o volume de peixes diminuiu, em um relato de um dos entrevistados constatamos essa evidência “antes do garimpo a gente matava peixe de “teçado” nas praias e no “pedral”, não era preciso nem colocar rede, a gente soltava os peixes de couro só comia os de escama, hoje nem peixe de couro a gente pega mais pra comer” (C. J. 2009).

Em outro depoimento ficou-se sabendo que o Igarapé que corta a comunidade de Vila Murtinho, conhecido com “gaparé mangueira” que tem sua nascente na área urbana do município e hoje é um servidouro do esgoto do hospital do município, foi outrora, a fonte de água potável para a comunidade, que a utilizavam para as mais diversas atividades, servindo inclusive para beber:

[...] antigamente esse garapé era nossa vida, a gente usava a água dele pra tudo, porque a água do Rio Madeira é muito barrenta e não serve pra beber, jogaram o esgoto do hospital dentro dele, ele morreu. Comprovamos a veracidade desse depoimento indo ao local onde o esgoto é lançado no Igarapé do Mangueira sem nenhum tratamento (C. T. 2009).

Nesse depoimento se pode observar que os fenômenos não podem ser vistos separadamente, a água do Igarapé Mangueira foi utilizada pela comunidade ribeirinha durante décadas, hoje é poluída, por um m esgoto que está localizado a seis quilômetros de distância da comunidade ribeirinha de Vila Murtinho, essa problemática nos remete ao pensamento de (Honório, 2007) que defende a necessidade de se pensar as relações homem/natureza numa perspectiva da ecolinguística onde “nos coloquemos em um outro ângulo de visão, que assumamos outra postura epistemológica, ou seja, a que permite encarar o mundo como ele efetivamente é, uma rede de relações, não uma coleção de objetos separados uns dos outros”. Além de demonstrar de forma contundente o preconceito que a população urbana tem para com os ribeirinhos de Vila Murtinho, o esgoto lançado na única fonte de água potável da comunidade, é um retrato do descaso e isolamento que a comunidade vive.

A outra mudança, apontada na pesquisa com os entrevistados, que também provocou mudanças significativas no modo de vida dos ribeirinhos refere-se ao desmatamento provocado por imensas fazendas que circundam a comunidade, eram nessas matas que os ribeirinhos praticavam o extrativismo e realizam suas caçadas. As áreas de mata ficaram reduzidas, e, conseqüentemente as atividades extrativistas também diminuíram. Em depoimento um entrevistado nos falou do cuidado que a comunidade tinha com as matas:

[...] nós aqui tinha um combinado, só era permitido fazer a roça a partir da estrada de ferro, duzentos metros mata a dentro que pra não estragar as “estradas de seringa” a gente procurava roçar e queimar somente nas terra de capoeira pra poder preservar as mata (A. G. 2009).

O depoimento acima, nos dá a dimensão da preocupação que o homem ribeirinho de Vila Murtinho tinha em preservar o meio ambiente, suas ações eram sempre focadas nessa mentalidade preservacionista, hoje ele apesar das muitas transformações que esse ambiente sofreu, ainda mantém essa mentalidade.

### **Quadro 05 – Os ribeirinhos preservam sua Identidade Cultural**

Todos os ribeirinhos procuram preservar suas marcas identitárias, porque se percebem como tal, apesar da baixa da auto-estima que marca o grupo

Todos os informantes se percebem como ribeirinhos e procuram preservar essa identidade em estreita ligação com a simbologia das águas, várzea e terra firme, essa identidade está intimamente relacionada às estações das águas do Rio Madeira, que além de se um local de lazer, principalmente no verão quando se descortinam longas praias e sua água fica menos barrenta, também é um local de trabalho, comunicação e de contemplação. Como a comunidade não possui água encanada, é no rio que se banham, lavam roupas e fazem outras atividades.

Como já foi descrito no capítulo dois deste trabalho, o homem ribeirinho é o indivíduo que tem seu mundo estritamente ligado às águas, à várzea e as matas, no dizer de Silva (apud CASTRO, 1997: 226):

Aqueles que têm suas percepções voltadas para o universo das águas e das matas, onde os recursos, tanto dos rios quanto das florestas, estão presentes nos seus modos de vida enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, como patrimônio comum, ou de uso familiar.

Como as matas são espaços cada vez menores, e sendo ela um dos componentes do contexto ribeirinho, o rio acaba sendo no caso de Vila Murtinho um componente essencial na organização desse espaço, é através dele que procuram as matas no lado boliviano do rio, considerando-se que lá ainda há áreas imensas de matas virgens, propiciando a caça e o extrativismo.

Outra característica marcante do viver ribeirinho em Vila Murtinho, é um profundo conhecimento que os mesmos têm das propriedades medicinais de plantas silvestres, principalmente as mulheres, características herdadas principalmente do conhecimento dos povos indígenas que habitavam a região. É comum nas residências receitas caseiras para os mais diferentes problemas de saúde, incluindo os de natureza mental ou emocional. Chás, benzimentos, garrafadas, banhos, simpatia, tudo é usado para compor o mundo ribeirinho. Uma das essências mais utilizadas pelos ribeirinhos é o óleo de copaíba, cujas propriedades

descobertas pelos indígenas servem para curar bronquite, desintéria e verminoses, bem como a semente de sucupira, que depois de torrada serve para curar reumatismos, artrite e febres em geral, outra erva bastante utilizada pelos ribeirinhos é o “mastruz” muito utilizada do tratamento de inflamações em geral, além da folha da “capeba”, usada contra machucados e queimaduras. Um dos alimentos muito presente na culinária dos ribeirinhos é o uso da mandioca, que além de ser consumida como farinha, é também utilizada no fabrico de mingau, beiju, tapioca e molho de pimenta fabricado com o caldo resultante do cozimento da mandioca, o “tucupi”.

#### **Quadro 06 – Os ribeirinhos da comunidade de Vila Murtinho sofrem preconceitos**

Os Ribeirinhos sofrem preconceitos culturais e linguísticos pela população urbana do Município de Nova Mamoré e também pelo Poder Público do Município, neste caso, o preconceito apresenta-se na falta de investimentos em infra-estrutura para atender as necessidades básicas da comunidade.

#### **Segundo Honório:**

Toda sociedade humana que, assentada historicamente em um espaço determinado, reconhecido ou não, se auto-identifica como povo e desenvolve uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre seus membros (2007:393).

Nessa perspectiva a identidade cultural dos ribeirinhos de Vila Murtinho vem sendo construída desde o primeiro e mais fortemente no segundo ciclo da borracha, embora a partir das décadas de 1970 e 1980, essa identidade tenha sofrido interferências do garimpo e dos fazendeiros que avançaram com suas fazendas nas matas e várzeas, os traços mais característicos de sua cultura permanecem, em constante diálogo com o Rio Madeira, várzea e mata firme.

No imaginário social do segundo ciclo da borracha a dimensão urbana com os coronéis da borracha vivendo em grandes capitais como Manaus e Belém em imensos casarões com direito a viagens e estadia nas melhores metrópolis européias e americana, sobreposta ao mundo sofrido e paupérrimo dos seringais e seringueiros explorados para manterem o luxo desmedido das metrópolis.

#### **Como ratifica Loureiro (1995: 72):**

[...] nele (durante esse ciclo) se originam concepções estigmatizadas da cultura de origem ribeirinha (cabocla), vista como inferior, primitiva e folclórica, tendo o

folclore, nesse caso, o sentido rebaixado de cultura primária, superficial e puramente lúdica.

Esse preconceito muito presente nas pessoas da cidade acabou sendo incorporada como “verdades” que os ribeirinhos traduzem em suas falas, considerando-se que desenvolvem atividades que não estão diretamente voltadas ao mercado, mas que garantem à subsistência, tais como: roça, pesca e extrativismo vegetal entre outras que estão pouco articuladas com o mercado como é o caso dos festejos. É nesse sentido que surge o estereótipo: preguiçoso, sem vontade de fazer nada, incapaz de assimilar os padrões da cultura urbana, etc.

Para os ribeirinhos da Vila Murтинho, o descaso do poder público para com a comunidade retrata bem esse preconceito, em um depoimento um informante retratou bem esse descaso:

[...] já tamu cansado de ir na prefeitura, na câmara de Vereadores, porque queremos nossa escola funcionado, nosso posto de saúde aberto e eles só prometem e nada, só parecem aqui no verão quando tem praia e no tempo da política, aí enche de político ( M.L, 2009).

O depoimento acima denota o descaso dos poderes públicos constituídos do município, em não proporcionar à comunidade de Vila Murтинho o funcionamento da escola e do posto de saúde, esse descaso aparece na fala dos ribeirinhos soando mais como um preconceito, pois quando vão à Câmara de Vereadores ou ao Gabinete do Prefeito, dificilmente são recebidos, e quando o são os representantes dessas instituições não apresentam propostas concretas para resolver o problema.

Segundo os depoimentos dos ribeirinhos da comunidade de Vila Murтинho, os mesmos se sentem discriminados com relação às suas peculiaridades linguísticas, esse preconceito é bastante visível na escola, em depoimento, um estudante nos relatou que até professores fazem piadas porque eles moram em Vila Murтинho:

os colega de escola chama a gente de “boliviano” só porque a gente mora perto da Bolívia, a gente sempre escuta quando vai falar, alguém da sala dizer: fala direito menino parece que nem é brasileiro. Isso envergonha a gente. (H. P, 2009).

Esse depoimento remete a uma fala muito pertinente de Pessoa (2003:10):

O preconceito linguístico em relação à fala das pessoas não apenas as ofende. Consegue destruí-las. Há que se lamentar que em muitas escolas tal preconceito seja instrumento de exclusão, pois, quando crianças, nosso sonho primeiro de liberdade rumo ao conhecimento é a escola. Escola, lugar dos nossos sonhos de descoberta do mundo, lugar de experiências que deveriam ser sempre prazerosas; lugar onde, e aqui falo do interior do Brasil, das regiões de grande fluxo migratório, infelizmente, aprendemos o que significa o preconceito linguístico, que é apenas uma máscara de todos os demais preconceitos.

Essa realidade descrita por Pessoa é bastante peculiar à realidade ribeirinha de Vila Murinho, e isso reflete de forma depreciativa na auto-imagem que a comunidade tem de si mesma.

**Quadro 07 – As Interferências Sociolinguísticas dos Seringueiros e Povos Indígenas na Comunidade Ribeirinha de Vila Murinho.**

Os aspectos distintivos da cultura indígena representados no modo de vida da Comunidade Ribeirinha de Vila Murinho, destacam-se a culinária, medicina natural, fala e a mentalidade preservacionista do grupo comunitário.

A concepção de linguagem que norteou essa pesquisa é o resultado de um enfoque sociointeracionista, pois concebe a linguagem como uma atividade construtiva, cujo *locus* de realização é a interação verbal entre sujeitos históricos. De acordo com esse enfoque, o que o indivíduo faz, ao usar a língua, não é tão somente exteriorizar seus pensamentos, mas sim realizar ações. A linguagem é nessa concepção, lugar de interação humana: as várias vozes se entrecruzam em um contexto sócio-histórico e ideológico.

Nesse sentido Pessoa (2008:11) nos diz que:

A diferença lingüística que nos caracteriza enquanto falantes de LP (brasileiros, portugueses ou africanos) não deve ser, no entanto, motivo de discriminação ou de separação, mas deve ser vista como aquilo que é: fator de identidade. Nesse contexto, as diferenças refletem a cultura do falante, a sua história, o seu percurso de vida. Não perceber as potencialidades educativas por trás dessa diversidade é desperdiçar um importante instrumento de conscientização.

Ao procurar, nessa pesquisa, desvendar as marcas sociolingüísticas herdadas dos índios que habitaram na Vila Murinho, dos seringueiros que migraram do Nordeste e dos garimpeiros que trabalharam em regiões de Vila Murinho nas décadas de 1980 e 1990, mais presentes na comunidade de Vila Murinho, teve-se a preocupação em fazê-los entender que essas marcas os caracterizavam enquanto grupo e justamente a presença e a valorização dessas atitudes lingüísticas acabam sendo o marco identitário mais marcante na comunidade.

Essa riqueza lingüística é o resultado do encontro de vários grupos que ao longo da história foram se encontrando na região. O modo de vida do seringueiro marcou essa comunidade, nos depoimentos as mesmas palavras, terminologias e frases se repetem freqüentemente: o seringueiro recém chegado no seringal era considerado “brabo”, pois ainda não dominava a técnica do corte da seringa, para que passassem a dominar a técnica eram colocados juntos com os “mansos” para aprender o corte sem danificar a árvore.

Segundo depoimentos dos informantes, o corte não poderia jamais atingir o caule, pois comprometia a qualidade produtiva da árvore e no local atingido se formava um “nó”, é uma série de nódulos que vão se formando no caule da seringueira quando o corte é feito com profundidade.

As seringueiras eram divididas em setores denominadas “bandeiras” e o caminho que era percorrido pelo seringueiro para extrair o látex era chamado de “estrada de seringa”. O “Soldado da borracha” era o migrante que chegava aos seringais para a extração do látex. “Colocação” era uma casa coberta de palha com piso alto, tipo palafita, para proteger os moradores se onças e outros animais. Em cada “colocação” havia, em média, três a quatro “estradas de seringa”. Todos os dias o seringueiro tinha que percorrer essas “estradas” com a “poronga” na cabeça, era uma lamparina de querosene que o seringueiro usava prensada na cabeça, iluminando o caminho em seu trabalho noturno de corte de seringa, levava também o “balde”, a faca de cortar a seringa, o saco “cauchutado” ou “defumado”, era um saco de algodão embebido no látex e defumado, ficando impermeável. Produzido manualmente pelos seringueiros e é próprio para atividades de coleta do “Leite” ou látex da seringa.

O “barracão” era o local onde morava o gerente do seringal e famílias de trabalhadores assalariados, formando pequeno lugarejo, geralmente nas margens de um rio. O responsável pela compra da seringa nas colocações e venda de “mantimento” ou mercadoria para os seringueiros era o “comboeiro”.

As observações apresentam dados que a comunidade de Vila Murтинho tem seu percurso lingüístico marcado pela história do segundo ciclo da borracha na região, como demonstram os depoimentos a seguir:

Nestes tempos morávamos nas “colocações” dos seringais. As colocações que existiam onde hoje é Chocolatal e Periquitos, eram lugares mais perigosos. Havia muitos índios e quando o trem de passageiros passava tinham que bater as portas para fugir dos ataques. Em várias colocações os índios matavam seringueiros. No Seringal do Maia, os índios mataram um seringueiro e expuseram suas partes íntimas penduradas numa vara (M.A. 2009).

Trabalhei no seringal dos clímacos, comecei com treze anos de idade, nunca estudei, minha caneta era a faca de cortar seringa. Eu não sei nem assinar meu nome, o trabalho que eu fazia era cortar, colher, fazer fogo para defumar a borracha, era muito trabalho pra pouco rendimento (M.D. 2009).

O trabalho nas “colocações” era duro, em muitos seringais era quase de semi-escravidão, os depoimentos são bastante claro quanto a essa prática, *...era muito trabalho para pouco rendimento*, e simultaneamente a essas dificuldades, havia os desafios de estarem sempre alertas aos ataques de indígenas. Em meios a essas dificuldades, o ribeirinhos mantinha

com os elementos da natureza uma relação de profundo respeito, considerando-se que sua ação nunca era predatória, mas extremamente voltada para a manutenção do ambiente natural.

Há uma inter-relação permanente na troca de experiências e vivências que a comunidade de Vila Murtinho vem ao longo de sua História, construindo, a riqueza dessas vivências resultou em uma comunidade comprometida com o seu bem-estar em permanente simbiose com o meio ambiente circundante.

As interferências sociolinguísticas advindas da presença indígena na região se faz presente até hoje na linguagem dos ribeirinhos, embora com uma influência menor que a dos seringueiros, desses grupos os que habitaram a região destacamos os Parintintin, os Txapakura, os Jaru, os Urupá e os Karipunas, que foram expulsos pelos seringueiros para regiões mais remotas do, hoje, Estado de Rondônia. Destes somente os Karipunas ainda existem enquanto grupo, os outros já são considerados extintos. Alguns ribeirinhos têm descendência indígena. Em depoimento, o informante L. C. ilustra bem essa influência “índio mesmo ‘amansado’ brigava muito entre si, era preciso que os brancos apartasse as briga, então eles apanhavam dos brancos pra não brigar mais (L. C. 2009)”.

Os ribeirinhos de Vila Murtinho conheceram muitos índios, muitos deles também trabalharam na extração do látex e contrariamente à visão preconceituosa que há contra o indígena na cidade, na comunidade pesquisada não foi observado essa atitude, diziam que os índios ajudavam muito, essa influência é notada nos nomes de peixes: pirarara, pacu, pirarucu, jaú, etc. Na agricultura é muito comum os ribeirinhos fazerem a “coivara” que consiste em após o desmatamento fazer a retirada da madeira que se vai utilizar nas construções ou para usar na cozinha, depois junta-se o restante em um lugar e toca-se fogo, essa prática é hoje incentivada como uma medida ambientalmente sustentável, pois não provoca grandes incêndios.

Na culinária também a comunidade evidencia essa influência, gostam de comer “farinha d’água” preparada a partir da fermentação, esmagamento da massa, prensagem e torrefação. Consomem o tacacá, que é uma espécie de sopa, servida numa “cuia” (uma vasilha muito usada na comunidade que é fabricada com a casca do fruto da cabaceira), misturado com goma de tapioca cozida, jambu e camarão seco. É muito comum o consumo de “peixe moqueado” que é um peixe preparado para assar enrolado na palha da bananeira. As mulheres ribeirinhas dominam a técnica de chás e demais beberagens usando o conhecimento milenar dos indígenas com as plantas medicinais. O ribeirinho gosta de dormir em redes, outro costume indígena, na maioria das residências essa prática é comum.

Os empréstimos lingüísticos é uma prática comum a todas as línguas, tornando-a uma entidade viva e dinâmica, e no mundo dos ribeirinhos de Vila Murtinho essa dinâmica é presente, comprovando a afirmativa de Calvet: *as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes* (2002, p. 12).

A influência dos saberes, costumes e língua indígenas ajudou a moldar juntamente com os bolivianos a comunidade ribeirinha de Vila Murtinho, preservando essas influências em seu modo de ser e estar no espaço ribeirinho construído ao longo de décadas às margens da nascente do Rio Madeira.

### **Quadro 08 – As Interferências Sociolinguísticas dos bolivianos nos Ribeirinhos de Vila Murtinho**

Os aspectos distintivos da Cultura Boliviana representados no modo de vida da Comunidade Ribeirinha de Vila Murtinho, destacam-se as interferências sociolinguísticas e a culinária.

No caso da influência da cultura e língua do povo boliviano, há um intercâmbio secular na região de produtos, mercadorias, ideais e principalmente de trocas lingüísticas. Para Esturza (2008):

[...] as regiões de fronteiras são marcadas por sua heterogeneidade lingüística e cultural, e notadamente na região norte do Brasil, essa realidade se expressa, a partir do contato das línguas entre as diferentes nações: indígenas, o português e o espanhol, apresentando uma clara situação de plurilinguismo.

Essa realidade plurilingüística é pouco estudada na comunidade, mas, a riqueza de experiências que esse ambiente produziu é observável na falta de preconceito que o ribeirinho tem com o boliviano, inclusive como já relatei no corpo dessa pesquisa, há uma interação entre os ribeirinhos brasileiros com os ribeirinhos bolivianos, são quase vizinhos, pois sempre que podem estão dividindo mercadorias, produtos e experiências, os bolivianos vem ao Brasil, no caso à Vila Murtinho em busca de mercadorias como: arroz, feijão, açúcar, sal, etc. Os brasileiros vão ao outro lado para caçar, pescar e extrair produtos das matas que são abundantes. Essa simbiose ajudou através dos empréstimos lingüísticos aos ribeirinhos usarem termos e expressões típicas da língua dos bolivianos e nem percebem mais que se trata de recursos de outro idioma. Exemplificou-se essa afirmação com um depoimento acurado sobre esses empréstimos:

[...] a gente ia muito pra Bolívia, caçar queixada, quando não matava nem um a gente atirava no que aparecia, “manete” (em português macaco guariba) ou qualquer “mono” (macaco), geralmente a gente trazia muito “percal” peixe na linguagem popular dos bolivianos (M. A. 2009).

### Quadro 09 – O que significa “Desenvolvimento” para os Ribeirinhos de Vila Murtinho

No entendimento dos Ribeirinhos de Vila Murtinho, o termo “desenvolvimento” é sinônimo de Saúde, Educação, acesso à água potável e incentivos às suas atividades agrícolas e pesqueiras.

Quando indagados sobre o que significa desenvolvimento, todos foram enfáticos: voltar a funcionar a escola e o posto de saúde, outros acrescentaram que também era preciso um posto policial, pois ficavam desguarnecidos a mercê dos traficantes e ladrões de carro que costumavam usar a região para praticar esses e outros delitos, também houve quem reivindicou melhorias na estrada que liga a comunidade com a área urbana do município, entendendo que no período chuvoso a mesma ficava praticamente intransitável.

Sobre o significado do que seja desenvolvimento, para melhor ilustrar o pensamento da comunidade de Vila Murtinho, Gonçalves (2004: 24) afirma que o projeto neoliberal de matriz européia que universalizou-se o termo *desenvolvimento* como dominação da natureza, não sendo a mesma visão que a comunidade tem sobre desenvolvimento:

Desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.

Essa noção de desenvolvimento, que caracteriza o mundo urbano-industrial, se contrapõe ao entendimento que os ribeirinhos têm sobre o tema, tão bem exposta anteriormente. Para a comunidade de Vila Murtinho não há essa dicotomia com a natureza, ela continua presente e determinando o modo de vida da comunidade. Para que essa simbiose continue, querem o básico para que sua localidade continue existindo: educação, saúde e estradas. Em nenhum depoimento falou-se em atrair indústria para a região ou qualquer outra atividade do gênero, parece que a experiência que tiveram com uma indústria de palmito que se instalou na região há quinze anos não foi economicamente proveitosa, e ambientalmente, foi um desastre:

Não queremos mais indústrias aqui, pois uma que trabalhava com a extração do palmito de açaí, acabou com quase todo o açaí da região, passamos um bom tempo tendo que colher açaí na Bolívia, porque as palmeiras daqui eles derrubaram tudo (F. C. 2009).

Os ribeirinhos entrevistados ainda conservam na lembrança os tempos áureos da Estrada de Ferro, dos seringais e das ‘quebras de castanha’, conforme seus depoimentos, naquela época havia desenvolvimento, produziam tudo que necessitavam e havia muita

“fartura”, hoje é preciso comprar quase tudo na cidade e o apoio dos poderes públicos é praticamente inexistente, conforme atestam os depoimentos a seguir:

[...] os recursos hoje não têm, naquela época a gente não passava necessidade, tinha o peixe, a caça, a castanha, o açaí, na roça produzia de tudo, tinha escola, posto de saúde e o trem passava na nossa porta, se a gente quisesse ir pra Guajará Mirim ou pra Porto Velho era fácil (M. R. 2009)

[...] a gente tem saudade daquela época, tudo era mais fácil, até posto policial tinha aqui, o desenvolvimento batia na nossa porta, não estudei porque não quis, mas meu pai sempre incentivava e a escola era pertim da minha casa (A. .A. 2009).

[...] Hoje Vila Murtinho tá abandonada, as pessoas só vem aqui pra olhar os prédios antigos da estrada de Ferro e vão embora, tá tudo acabando, e nossos filhos tem que estudar na cidade, acho que vou acabar me mudando pra lá, para facilitar pra eles na escola. (J. L. 2009).

Esses depoimentos ilustram a descrença no desenvolvimento do lugar, pois o descaso do poder público com a comunidade, pode ser ilustrado na emancipação de outras vilas bem mais recentes em distritos como é o caso do Distrito de Palmeira (Linha 20); Distrito de Nova Dimensão (Linha 28), Distrito de Araras, localizado a quarenta quilômetros da sede do município, no sentido Nova Mamoré Porto Velho, distrito esse que nasceu às margens de imensas crateras deixadas pelos garimpeiros, com um lençol freático que pode estar contaminado por mercúrio e por último o Distrito de Jacinópolis, o mais recente e de difícil acesso.<sup>18</sup>

Vila Murtinho é o berço de Nova Mamoré, pois Nova Mamoré só passa a existir com sua desativação, nada mais justo que o seu merecido reconhecimento, e alçá-la à categoria de Distrito. Todavia, a fala dos informantes reproduz esse descontentamento e o desencanto com o seu futuro, e, também com o futuro da comunidade.

#### **Quadro 10 – O que significa “Desenvolvimento Sustentável” para os Ribeirinhos de Vila Murtinho**

No entendimento dos Ribeirinhos de Vila Murtinho, o termo “desenvolvimento sustentável” deve ser respeitar à natureza em sintonia com as necessidades da comunidade, o que significa comercializar produtos certificados e que não tenham causado danos ao meio ambiente.

A linguagem utilizada pelos ribeirinhos de Vila Murtinho para definir o termo Desenvolvimento Sustentável está muito associado ao seu modo de vida, que se caracteriza pela utilização comunitária dos recursos naturais disponíveis (Rio Madeira, várzea e terra firme), como os peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo vegetal (cipós,

<sup>18</sup> Coordenadoria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Nova Mamoré, 2009.

materiais de construção) e áreas de cultivo itinerante. Além desses espaços em comum, existem outros apropriados individualmente, como o lugar da habitação, quintal, animais domésticos, etc. Dessa organização espacial, advém a noção da comunidade de que os recursos compartilhados devem ser usados com cuidado, pois deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo.

Como forma de propor um *feedback* com as questões acima, procurou-se saber o que os ribeirinhos entendiam por Desenvolvimento Sustentável, prática bastante presente nos “discursos” da comunidade, mesmo sem saber defini-la em termos teóricos.

A temática do Desenvolvimento Sustentável, já desenvolvida nessa pesquisa, precisa ser retomada para que se possa analisar os discursos da comunidade de ribeirinhos de Vila Murinho. Talvez não haja hoje uma terminologia mais discutida por distintos segmentos quanto o DS, é motivo das mais intrincadas controversas, há autores que defendem a idéia como a última invenção humana, outros a vêem como mais um artifício do capitalismo para manter tudo como estar. A definição que é aceita universalmente como a mais completa e mais pertinente, a qual já foi utilizada no corpo dessa pesquisa é: “Desenvolvimento Sustentável é um processo de mudança onde a exploração de recursos, os investimentos e o desenvolvimento como vinculados às necessidades das gerações atuais e futuras”. (Relatório Brundtland, 1987).

Nos discursos dos informantes, a idéia central dessa definição aparece, e, afirmam a necessidade de novos paradigmas para a realidade que está posta:

[...] DS é trabalhar respeitando a natureza, não usar agrotóxicos e procurar viver de forma mais orgânica (H. B. 2009).

[...] DS é o homem respeitando a natureza (M. R.. 2009).

[...] DS é a natureza a serviço do homem, mas sem destruí-la, usando só o necessário (F. A. 2009).

[...] DS é fechar a casa da destruição, é preservar o meio ambiente e só usar madeira que for tirada de manejo florestal (M. A. 2009).

Estas afirmações apresentam uma unidade de pensamento sobre o que seja DS, e a constatação de que a comunidade de ribeirinhos da Vila Murinho herdeiros de um saber milenar sabem como lidar com o meio ambiente sem provocar danos que possam comprometer o presente e o futuro. O engajamento da comunidade de forma organizada e alicerçado pelo conhecimento científico através das várias instituições e principalmente a Universidade é o caminho para que a comunidade cresça em auto-estima e saia do marasmo e

da falta de apoio dos poderes públicos e se engaje verdadeiramente em seu papel imprescindível na manutenção da riqueza ambiental, cultural e lingüística.

### **3.3. ATIVIDADES PARA VALORIZAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DE VILA MURTINHO.**

Nesta pesquisa, pôde-se verificar a importância do contexto sócio-cultural e lingüístico da Comunidade Ribeirinha de Vila Murinho para a preservação ambiental da região, tendo em vista que são depositários de um conhecimento herdado de migrantes nordestinos, povos indígenas e quilombolas sobre o manejo florestal e a preservação da vida.

Destaca-se algumas atividades que podem contribuir para que a comunidade fortaleça essa mentalidade preservacionista e elabore metas para um desenvolvimento sustentável que garanta qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Ressalta-se que tais propostas não foram impostas pela pesquisa, mas é o resultado das percepções do grupo sobre o assunto. A pesquisa foi somente o suporte que desencadeou essas percepções, como defende Moreira (2007) é preciso “organizar as potencialidades dispersas” da comunidade de Vila Murinho:

Valorização da pequena propriedade familiar com incentivos do PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, incentivando o plantio do consórcio agro-florestal com árvores frutíferas como Jenipapo, Graviola, Camu-camu, Cupuaçu, Pupunha. Valorização do consórcio de culturas, prática herdada dos indígenas e praticada na comunidade, os chamados consórcios agrícolas: a associação de arroz com milho; arroz com feijão, mandioca com feijão, etc;

Para que as atividades acima mencionadas sejam efetuadas com sucesso é preciso, primeiro, que os proprietários dessas pequenas porções de terra (chácaras) resolvam junto ao INCRA a questão fundiária (documental), pois segundo as informações que obtive na pesquisa, toda a área ribeirinha de Vila Murinho não dispõe de documentos que garantam a efetiva posse da terra;

O aproveitamento mais racional das áreas de várzea, com a introdução de assistência técnica, neste caso, a EMATER, empresa responsável no município por esse serviço. Considerando-se a fertilidade do solo e água abundante, culturas como a melancia, feijão, e hortaliças se adaptam bem nesses locais;

Incentivar a pesca não predatória e o manejo adequado dos cardumes através da Colônia de Pescadores já existente no município;

Propor ao Poder Público Municipal a instalação de uma Estação de Tratamento de Água, diminuindo assim as doenças veiculadas pela água não tratada, muito comum na comunidade. O acesso à água potável é um direito fundamental de todos;

Do mesmo modo, o direito à educação e à saúde. O efetivo funcionamento da escola da comunidade e do Posto de Saúde são essenciais para a melhora da qualidade de vida das pessoas da comunidade;

O turismo nas suas vertentes ecológica e histórica é um segmento que pode explorar de forma sustentável o patrimônio natural, cultural e histórico da comunidade, considerando-se principalmente as ruínas da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e o fato de a comunidade ter sido o maior entreposto comercial na época do segundo ciclo da borracha;

Aproveitar a interação com povos bolivianos que habitam na margem oposta do Rio Madeira, para melhorar de forma sustentável as trocas comerciais e lingüístico-cultural visando o estabelecimento de parcerias que impliquem na melhoria da qualidade de vida de ambas as comunidades.

A Comunidade Ribeirinha de Vila Murtinho é um *locus* privilegiado para a pesquisa, pois trata-se de uma realidade inexplorada, que além de possuir peculiares características amazônicas, também possibilita acreditar com a inserção da comunidade na esfera econômica, social, cultural do Município de Nova Mamoré e do Estado de Rondônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O lugar da Amazônia, na virada deste novo milênio, está relacionado com a manutenção das atividades tradicionais e do conhecimento empírico da população local sobre a região, devido à importância de sua biodiversidade. Fala-se em um capital natural que deve ser mantido e preservado e, por isso, o desenvolvimento local endógeno surge como opção de um modelo de desenvolvimento econômico que traga maior segurança aos recursos, à sociedade e à floresta, além de menores desigualdades sociais e regionais, ou seja, um desenvolvimento de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”. Nesse sentido, pesquisar como os ribeirinhos, que durante anos souberam moldar e construir um mundo de profundo respeito com a natureza é fundamental para que se possa ter novas matrizes de pensamento diferentes do que o capitalismo nos apresentou e que não foram capazes de promover um desenvolvimento ambientalmente sustentável. As consequências desse modelo já começa a afetar centenas de pessoas na região amazônica; grandes enchentes em contraponto à vastas estiagens.

Pesquisar sobre as interferências sociolinguísticas da comunidade de Vila Murinho nos fez entender da importância da linguagem ribeirinha na organização do contexto onde vive, linguagem essa enriquecida com empréstimos das línguas dos povos indígenas, nordestinos e bolivianos.

O papel fundamental da pesquisa em Ciências da Linguagem é refletir, pesquisar e propor ações e diretrizes que reorientem o papel da Universidade, nesse contexto, visando articular as “potencialidades dispersas”, voltadas para implantação e efetivação de um desenvolvimento econômico-sócio-ambiental sustentável. Moreira (2007:11), em um artigo intitulado: *Ética, Educação, Universidade, Sociedade*, descreve já nas considerações iniciais do artigo, sobre essa necessidade:

Importa relacionar nossa reflexão numa perspectiva de futuro na qual a instituição universitária possa assumir a condição de centro de articulação das potencialidades dispersas na direção da inclusão social. Nesse sentido, é necessário que a universidade eleja o homem amazônida como centro de suas atenções e priorize energias em programas de organização social e de geração de emprego e renda, além da preocupação essencial de integrar harmonicamente o amazônida a seu meio, permitindo a utilização racional e sustentável da biodiversidade e dos recursos não renováveis.

A necessária valorização do conhecimento dos chamados povos tradicionais nos impõe a uma tomada de consciência mais humana, numa era planetária que funciona como uma grande rede multidisciplinar e intercultural, que deveria nos levar para a compreensão

plena e para a solidariedade recíproca, como diz Morin (2001)... “de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária”. É nesse contexto e com esse propósito que essa pesquisa se insere nas correntes de pensamento que pensam o homem local sem perder sua perspectiva planetária.

O resultado da pesquisa contribui para a definição de uma proposta de Desenvolvimento Sustentável em permanente diálogo entre a pesquisa científica e a diversidade multicultural dos ribeirinhos da Comunidade de Vila Murтинho, resgatando e valorizando sua cultura, suas histórias, experiências, ideologias e suas diferentes linguagens, que os levem a compreender o universo que os cerca, de maneira crítica e militante.

Essa valorização cultural e sociolinguística da fala ribeirinha da comunidade de Vila Murтинho está demonstrada no dicionário em anexo, fruto desta pesquisa e que tem como proposta propiciar novas pesquisas acadêmicas e principalmente resgatar a auto-estima da comunidade, considerando-se que os depoimentos revelaram que suas experiências e vivências são incompreendidas e por isso desvalorizadas.

## REFERÊNCIAS

---

- ALKMIM, Tânia Maria. (2001). **Sociolinguística** – Parte I. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à linguística – domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, p. 21–46.
- AMARAL, Januário. (2004). **Mata virgem terra prostituta**. São Paulo: terceira margem.
- \_\_\_\_\_. (Org.). (2001). **Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento**. Porto Velho: Edufro.
- AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. (2009). **Multiculturalismo na Amazônia**. O singular e o plural em reflexões e ações. Curitiba: CRV.
- BAGNO, Marcos. (2007). **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação lingüística. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAKHTIN, Mikhail. (1995). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec.
- BECKER, B. K. (1998). **Amazônia**. São Paulo: Ática, (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_. (2007). **Amazônia, geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENJAMIN, Walter. (1996). **Obras escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e Política. 10. ed. São Paulo: Brasiliense.
- BELLIA, V. (1996). **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis.
- BIZZOCCHI, Aldo. (2000). **O fantástico mundo da linguagem**. Ciência Hoje. Vol. 28. nº 164.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. (2006). **Nós cheguem na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial.
- BOSI, Alfredo. (1992). **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRASIL, Constituição. (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. (1991). **A geografia lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática.
- BRIGHT, W. (1974). As dimensões da sociolinguística. In. FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado.
- BUARQUE, Silva. (1996). **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis.

- \_\_\_\_\_. (2006). **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond.
- CALVET, Louis-Jean. (2002). **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. (1986). **História da linguística**. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. (2005). **A linguagem escravizada**. São Paulo: Expressão popular.
- Câmara de Vereadores do Município de Nova Mamoré, 2009.
- CALENDÁRIO CULTURAL **Nova Mamoré**. Secretaria Municipal de Educação, 2005.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – Parte II. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (2001). **Introdução à linguística** – domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, p. 21–46.
- CHIZZOTTI, Antônio. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.
- Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Nova Mamoré, 2009.
- Coordenadoria Municipal de Planejamento de Nova Mamoré, 2009.
- COLARES, Anselmo Alencar. (2009). Multiculturalismo e educação: um enfoque ao ribeirinho. In: AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. **Multiculturalismo na Amazônia**. O singular e o plural em reflexões e ações. Curitiba: CRV.
- COUTO, Hildo Honório. (2007). **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus.
- DANTE, Ribeiro da Fonseca. (2007). **Estudos de História da Amazônia**. Porto Velho: Editora Maia.
- DOWBOR. Ladislau. (1995). **O que é o poder local?** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (2000). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Napaub – USP.
- \_\_\_\_\_. & MOREIRA, Andre de Castro C. (2001). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Napaub.
- FARACO, Carlos Alberto. (2004). Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, F. e BENTES, Anna C. (orgs). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Vozes, p.11 a 63.

- FIORIN, José Luiz. **Introdução à lingüística**. In: LYONS, John. (2005). **Linguagem e Lingüística**. 4 ed. São Paulo: Contexto.
- FURASTÉ, Pedro Augusto (2006). **Normas técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. (1983). 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2002). **Ação cultural para a liberdade**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GOMES, Ana Patrício Cota. (2000). **Critérios e indicadores de sustentabilidade para o manejo de florestas tropicais**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.
- GNERRE, Maurizio. (1998). **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins fontes.
- GIOVANNETTI, Gilberto & LACERDA, Madalena. (1996). **Dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos**. São Paulo: Melhoramentos.
- GONÇALVES, C. W. P. (2005). **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. **Os (Des) caminhos do meio ambiente**. (1990). São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. **O desafio ambiental**. (2004). Rio de Janeiro: Record.
- HALL, Stuart.( 2001). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- KOHLEPP, Gerd & COY, Martin. (2006). **Amazônia sustentável**. 1ª Ed. São Paulo: Garamond.
- LABOV, William. (2008). **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola.
- LEMOS. H. M. (1996). **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis.
- LEFF, Enrique. (2000). **Epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro: Cortez.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. (1995). **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup.
- MARZALL, K. (1999). **Indicadores de sustentabilidade de agrossistemas**. Porto Alegre: UFRGS.
- MCLAREN, P. (1997). **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. (2008). **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: UFSC.

MOREIRA, Dorosnil Alves. (Org.). (2007). **Ética, educação, universidade, sociedade: reflexões acerca de vivências e práticas como respostas às necessidades sociais no contexto da Amazônia.** São Paulo: Editora Expressão Popular.

PADOLFO, C. (1994). **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras.** Belém: CEJUP.

PAULA, Claudemir da Silva. (2008). Língua (em), **Educação e Cultura Afro-brasileira: uma análise sociolinguística dos efeitos da Lei nº 10.639/03 na dinâmica das relações étnico-raciais nas escolas Públicas de Vilhena (RO).** Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Guajará Mirim: Universidade Federal de Rondônia – Unir

PERDIGÃO, Francinete e BASSEGIO Luiz. (1992). **Migrantes Amazônicos, Rondônia: a trajetória da ilusão.** São Paulo: Loyola.

PESSOA, Maria do Socorro. (2003). **Da aldeia ao asfalto – o percurso sociolinguístico dos índios residentes no distrito de riozinho, município de Cacoal, estado de Rondônia.** Campinas: IEL/UNICAMP.

\_\_\_\_\_. (2008). **Língua Portuguesa: das raízes em Portugal às diversidades linguísticas do Brasil – uma aprendizagem ao longo da vida.** Vilhena: Universidade Federal de Rondônia, Aveiro (Portugal): Universidade de Aveiro.

\_\_\_\_\_. (2008). **Sociolinguística: a dimensão do assunto, divisões, classificações,** Vilhena: Universidade Federal de Rondônia.

\_\_\_\_\_. (2007). **Concepções de linguagem e políticas linguístico-culturais: aproximações e/ou afastamento na educação lingüística.** Departamento de Didáctica e tecnologia Educativa, DDTE, da Universidade de Aveiro (Portugal).

\_\_\_\_\_. (2008). **Rondônia, Portal da Amazônia, terra de migrantes – o preconceito linguístico como instrumento para ofender e ser ofendido.** In: BARKER, Anthony David (Org.). Giving and tanking offence – Ofender e ser ofendido. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro, Campus de Santiago, v. 1, p. 293-301.

\_\_\_\_\_. (2008). **Políticas da diferença e desigualdades sociais: discussões inadiáveis na formação de professores para as séries iniciais dos interiores multiculturais do Brasil.** Guajará Mirim: Universidade Federal de Rondônia.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). (2007). **Introdução à lingüística.** 5.ed. São Paulo: Contexto, p. 11-24.

- Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Legal.** (Operação Arco Verde), Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- PROCÓPIO, Argemiro. (1992). **Amazônia, ecologia e degradação social.** São Paulo: Alfa-Omega.
- QUINTAS, J. S. (1996). **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis.
- RIBEIRO, Darcy. (1995). **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras.
- RONDONIA. (1989). **Constituição Estadual.** Porto Velho. Assembléia Legislativa. 2020.
- SAUSSURE, Ferdinand. (2006). **Curso de lingüística geral,** 27. ed. São Paulo: Cultrix.
- Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Mamoré, 2009.
- Secretaria Municipal de Educação de Nova Mamoré, 2009.
- Secretaria Municipal de Saúde de Nova Mamoré, (2009).
- SILVA, Josué da Costa (Coord.). (2002). **Nos banheiros do rio: ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia.** Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia.
- SILVA, Maria das Graças S. N. (2000). **O espaço ribeirinho,** São Paulo: Terceira margem.
- SOARES, Ronaldo. (2009). Revista Veja: **especial Amazônia,** São Paulo, n. 2130, p. 39-48, set. 2009.
- STURZA, Eliana Rosa. **Linha Imaginária.** Revista: Discutindo Língua Portuguesa, ano 2, número 12, ed. Escala Educacional, p. 55.
- SOUSA, Irisneide de Oliveira. (1997). **A desordem da colonização em Rondônia: Pic. Sidney Girão.** Franca: UNESP.
- TARALLO, Fernando. (1985). **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues & DANTE, Ribeiro da Fonseca. (2003). **História Regional: Rondônia,** 4ª ed. Porto Velho: Rondoniana.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. (2004). **Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil.** São Paulo: Delta.
- UCHÔA, Márcia M. R.; VELANGA, Carmen Tereza . **Alfabetização e realidade multicultural na fronteira Brasil/Bolívia do Estado de Rondônia.** In: III Encontro

Internacional de Educação, 2009, Guajará-Mirim. Anais do III Encontro Internacional de Educação da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Guajará-Mirim, 2009. p. 1-11.

VANDRESEN, Paulino. (1974). Introdução. In: FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Org.) **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado.

### Sites

<<http://www.ambientebrasil.com.br>> - Acesso em: 22 de abril de 2009.

<<http://www.funai.gov.br>> - Acesso em: 30 de Abril de 2009

<<http://www.ibama.gov.br>> – Acesso em: 04 de Maio de 2009

<<http://www.incra.gov.br>> – Acesso em 04 de Maio de 2009

<<http://www.imazon.org.br>> – Acesso em 22 e 23 de Maio de 2009

<<http://www.inpe.gov.br>> – Acesso em 05 de junho de 2009

<<http://www.ipef.com.br>> – Acesso em 15, 16 e 17 de Maio de 2009

<<http://www.ibge.gov.br>> – Acesso em 15 de junho de 2009

<<http://www.mma.gov.br>> – Acesso em 10 de julho de 2009

<<http://www.sedam.ro.gov.br>> – Acesso em 05, 10, 11 e 12 de Setembro de 2009

<<http://www.remade.com.br/glossário>> - Acesso em 04 de outubro de 2009

**ANEXO I - Questionário Sócio-econômico-histórico aplicado aos ribeirinhos da  
comunidade de Vila Murtinho**

**ANEXO II – Roteiro das entrevistas**

**ANEXO III – Lei nº 202, de 15 de junho de 1988**

**ANEXO IV - Decreto Legislativo nº 040, de 13 de julho de 1988**

**ANEXO V – Lei nº 531, de 17 de dezembro de 1993**

**ANEXO VI - Relação de palavras e termos do falar ribeirinho de Vila Murtinho do  
Município de Nova Mamoré – RO**

**Anexo I****Questionário Sócio-econômico-histórico aplicado aos ribeirinhos da comunidade de Vila Murtinho.****01 – Aspectos Pessoais:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

**02 – Aspectos Históricos e Sócio-econômicos**

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Renda Familiar: \_\_\_\_\_

Produtos produzidos na propriedade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tipo de Moradia: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Recursos disponíveis: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Participação comunitária: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Anexo II

### Roteiro das entrevistas

01 – Em que ano você chegou à comunidade de Vila Murinho, qual o motivo que o fez migrar e de qual Estado Brasileiro migrou?

02 – Na época em que você chegou à comunidade de Vila Murinho como era sua constituição histórica e ambiental?

03 – Quais são as principais percepções que você tem sobre a comunidade de Vila Murinho após esses longos anos?

04 – Quais foram as transformações mais evidentes que você percebeu que ocorreram no Meio Ambiente em Vila Murinho?

05 – Dentro do que se entende por ribeirinho, você se vê como um ribeirinho?

06 – Será que o seu modo de vida, de ser e de perceber o mundo é respeitado?

07 – Quais são as “marcas sociolinguísticas” que determinavam o contexto ribeirinho daquela época, e quais são as que predominam no contexto atual?

08 – Sendo a comunidade de Vila Murinho, formada no bojo de inúmeros povos indígenas que habitavam a região, quais são as interferências sociolinguísticas mais presentes que você pode constatar?

09 – Sendo a comunidade de Vila Murinho, desde tempos imemoriais influenciada pela cultura dos povos bolivianos, sobretudo sua língua, quais são as interferências sociolinguísticas mais presentes que você pode perceber?

10 – O que você entende por desenvolvimento e progresso?

11 – Para você o que é Desenvolvimento Sustentável?

### Anexo III

**LEI Nº 202, DE 15 DE JUNHO DE 1988.**  
*DOE Nº 1570, DE 15 DE JUNHO DE 1988.*  
[REVOGADA PELA LEI N 207](#)

*Cria o município de Vila Nova do Mamoré, desmembrado do município de Guajará-Mirim.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o município de Vila Nova do Mamoré, com sede na cidade do mesmo nome, desmembrado da área territorial do município de Guajará-Mirim.

Art. 2º - O município de Vila Nova do Mamoré, constituído pelo Distrito do mesmo nome, tem seus limites assim definidos: partindo da Foz do Igarapé Taquaras, no Rio Madeira, pelo Igarapé Taquaras acima até encontrar o paralelo 10; seguindo por este até encontrar o Rio Jaci-Paraná; por este acima até sua cabeceira; daí por uma linha reta até a cabeceira do Rio Ouro Preto; por este abaixo até a Foz do Igarapé Concórdia; daí por uma linha reta até a cabeceira do Rio Lages; por este abaixo até a sua Foz no Rio Madeira; por este abaixo até a Foz do Igarapé Taquaras, ponto de partida.

art. 3º - A instalação do município dar-se-á com a pose do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos na forma da Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 15 de junho de 1988, 100º da República.

**JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA**

*Governador*

**Anexo IV****DECRETO LEGISLATIVO N° 040, DE 13 DE JULHO DE 1988.**

*Aprova o nome do Sr. Francisco Fernandes Pinto, para o cargo de prefeito provisório do Município de Vila Nova do Mamoré.*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, decreta:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou, nos termos do inciso VIII, do Art. 138 do Regimento Interno e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica aprovado o nome do Sr. Francisco Fernandes Pinto, para o Cargo de prefeito provisório do Município de Vila Nova do Mamoré.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 13 de julho de 1988.

**Deputado Sidney Guerra**  
**Presidente**

**Anexo V**

**LEI Nº 531, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1993.**  
*DOE Nº 2968, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994.*

*Dá nova denominação ao Município de  
Vila Nova do Mamoré.*

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, o Governador do Estado de Rondônia sancionou, eu, Silvernani Santos, Presidente da Assembléia, nos termos do § 7º do Art. 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O município de Vila Nova do Mamoré criado pela Lei nº 202, de 15 de junho de 1988, passa a denominar-se NOVA MAMORÉ.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 17 de dezembro de 1993.

**Silvernani Santos**  
**Presidente da Assembléia Legislativa**

## Anexo VI

### RELAÇÃO DE PALAVRAS E TERMOS DO FALAR RIBEIRINHO DE VILA MURTINHO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ – RO.

**Açaí:** fruto do açaizeiro, palmeira cujo fruto é utilizado no fabrico de vinho que é muito consumido pelos ribeirinhos com farinha e açúcar.

**Adelante:** Palavra utilizada pelos ribeirinhos, originária da Língua espanhola que significa, “mais adiante”.

**Aguapé:** Planta aquática que nasce em água parada ou lagos.

**Amansado:** Era o seringueiro que depois de alguns anos cortando o látex da seringueira, dominava a técnica com perfeição.

**Água barrenta:** É a água do Rio Madeira, imprópria para o consumo.

**Arre égua:** Expressão oriunda do Nordeste do Brasil, que significa “espanto”.

**Beiju:** bolo meio rústico fabricado com a farinha da mandioca.

**Barracão:** Era o local que os seringalistas mantinham nos seringais para a venda de mantimentos para os seringueiros, e onde era entregue a produção de borracha para ser vendida.

**Barranco do rio:** local muito utilizado pelos ribeirinhos para ficarem conversando, geralmente arborizado.

**Benzimento:** Prática muito comum entre os ribeirinhos, para curar “quebranto”, “Moleza” e “Mau olhado”.

**Balde:** Utensílio usado pelo seringueiro para transportar o látex.

**Bandeiras:** A demarcação das seringueiras.

**Bateia:** instrumento em forma de bacia, para extrair ouro nos sequeiros.

**Borachio:** Palavra de origem espanhola, muito comum entre os ribeirinhos que significa “bêbado”.

**Canoa:** Equipamento fabricado de madeira, utilizado nos deslocamentos na água

**Capeba:** Planta comum na região, usada para curar machucados, ferimentos e queimaduras.

**Capoeira:** É a vegetação que cresce após uma queimada.

**Caucho:** É o subproduto do látex, utilizado no fabrico de bolas, botinas e para fazer fogo.

**Coivara:** É o ajuntamento em um local do restante de madeira que não queimou e que deverá ser queimada, para limpar o terreno e facilitar o plantio.

**Colocação:** Era o termo usado pelos seringueiros para definir o local em que cada seringueiro morava.

**Combinado:** Eram acordos firmados entre os seringueiros quando queriam desenvolver uma atividade em comum.

**Comboeiro:** Era o responsável para guiar o comboio de burros nos seringais.

**Corte de Seringa:** Era a ação de cortar o caule da seringueira com uma faca, para recolher o látex.

**Cartucho:** projétil utilizado nas espingardas.

**Corredeira:** locais no rio, muito utilizado para pescarias no verão.

**Cuia:** Utensílio muito usado pelos ribeirinhos, fabricado com o fruto da cabaceira, e que era de costume indígena.

**Defumar:** Era o ato de preparar o látex, utilizando-se muita fumaça.

**Estrada de seringa:** Era formada por várias árvores da seringueira, sempre limpa para facilitar o percurso.

**Estrada de ferro:** termo utilizado para designar a Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

**Espingarda:** arma utilizada nas caçadas, o mesmo que chumbeira.

**Fartura:** No entendimento dos ribeirinhos, significa muita comida, muito peixe, etc.

**Feijão de corda:** feijão muito utilizado pelos ribeirinhos para plantar nas praias durante o verão.

**Garapé:** Termo utilizado para definir os pequenos córregos muito usados para a pesca e utilizar a água para as necessidades domésticas.

**Gameleira:** Árvore comum na beira do Rio Madeira, cujo fruto é muito consumido por animais silvestres.

**Hermano:** Palavra de origem espanhola, que significa “irmão”, muito comum entre os ribeirinhos.

**Jambu:** Planta utilizada como condimento.

**Jatuarana:** É o peixe de escamas mais apreciado pelos ribeirinhos, comumente é consumido assado enrolado em folhas de bananeira.

**Jerimum:** É um fruto produzido nos roçados, consumido cozido, e também muito usado para alimentar animais domésticos.

**Lombo de burro:** Expressão que quer dizer que todo o transporte feito nos seringais era realizado por esse animal.

**Mastruz:** Planta cujo sumo de suas folhas é utilizada para o tratamento de Machucados.

**Mandioca:** Planta cuja raiz é a mais consumida entre os ribeirinhos.

**Manso:** É o seringueiro que depois de anos no corte da seringa, domina a técnica com perfeição.

**Manete:** Palavra de origem espanhola, que significa macaco guariba, cuja carne é consumida pelos ribeirinhos.

**Mantimento:** Mercadorias variadas adquiridas no barracão.

**Mata bruta:** Para os ribeirinhos significa a mata virgem, intocada pela ação do homem.

**Mingau:** Alimento produzido com a farinha da mandioca.

**Mui lejo:** Palavra de origem espanhola, comum na fala ribeirinha que significa “muito distante”.

**Muntar:** local preparado no alto das árvores, para esperar as caças que vem comer os frutos, e matá-las, o mesmo que trepeiro.

**Óleo de copaíba:** Essência extraída da árvore da copaíba, muito utilizada no tratamento de várias enfermidades.

**Oxente:** Exclamação de origem nordestina que exprime espanto ou surpresa.

**Palheira:** palmeira cujo fruto é utilizado para fabricar carvão.

**Pedral:** É o local nas cachoeiras que quando o rio está seco, é utilizado pelos ribeirinhos para pegar peixes com “tarrafa”.

**Peixe moqueado:** É o mesmo que peixe assado na palha da bananeira.

**Percal:** Palavra de origem espanhola que significa “peixe”.

**Poronga:** Era um utensílio que os seringueiros usavam na cabeça, com chama para iluminar as estradas de seringas, considerando-se que tinham que sair de madrugada para cortar seringa.

**Puaia:** Planta cuja raiz era retirada pelos ribeirinhos, utilizado para fabricação de remédios pela indústria farmacêutica.

**Quebra de castanha:** Era uma espécie de mutirão que os ribeirinhos faziam para colher castanha do Pará nas matas.

**Quebra-galho:** Peixe de escama muito comum na região, de pouco valor comercial conhecido também por curimatã.

**Rapadura:** Doce fabricado da cana-de-açúcar, muito consumido pelos ribeirinhos.

**Roça:** Local onde era realizado o plantio de legumes.

**Rio Madeira:** Rio que nasce em Vila Murinho, do encontro dos rios Beni e Mamoré.

**Seringueiro:** indivíduo que cortava seringa

**Sequeiro:** Locais nas margens do Rio Madeira, utilizados para garimpar no verão com uma bateia.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)